



# Anais da Assembleia

Nº 092

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 70.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1991.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, José Távares, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus e Renato Adur (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Ofício:

Ofício nº 039/91

Senhor Presidente.

Através do presente justifico minha ausência da sessão de hoje em função de

doenças na minha família.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) DR. ROSINHA

Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 040/91, que altera redação do memorial descritivo dos limites e confrontações da área proposta para compor o Município de Flor da Serra.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

### REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas, REQUEREM, com fulcro no disposto no Artigo 167 do Regimento Interno, votação nominal para o Requerimento nº 1834, que propõe a suspensão do regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 33/91.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

### REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

### REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a retirada dos Projetos de Lei nºs 114/91 e 115/91, da pauta dos trabalhos desta Casa, em atenção aos Pareceres formulados pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças, de Agricultura e Indústria e Comércio (documentos em anexo), solicitando que os mesmos sejam encaminhados ao Poder

Executivo em forma de Sugestão, para que possam futuramente retornar a este Poder em forma de Mensagem Governamental.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Através de pronunciamento em Plenário.

#### REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do regime de urgência aprovado na sessão ordinária de ontem, dia 07, para o projeto de resolução n° 33/91, que altera dispositivos do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Nilton Barbosa, Edson Silva Lino, Severino Félix e Dobrandino da Silva.

#### REQUERIMENTO N° 1827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença para tratamento de saúde por 40 (quarenta) dias, a partir do dia 12 do corrente mês, nos termos do disposto no Inciso II do Art. 60, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO MÉDICO

Curitiba.... de agosto de 1991.

Senhor Diretor

Comunicamos a V.Sa. que passou por inspeção médica, neste serviço, o (a) Sr. (a) Dirceu Silveira Manfrinato, servidor (a) desta Assembléia Legislativa, tendo-lhe sido concedido 40 (quarenta) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 12.08.91.

Cordiais saudações.

(a) DR. CHRIZANTO CHRISOSTOMO DA SILVA  
CRM Pr 1330

#### REQUERIMENTO N° 1829

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Senhor Osvaldo Lagui, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 07 de agosto último, no Município de Assis Chateaubriand, pessoa de bom relacionamento com a comunidade e ex-prefeito do Município.

Requer, outrossim, da decisão desta Casa, que se dê conhecimento à sua esposa Inês Lagui e familiares, residente à Rua Panamá, 71, no Município de Assis Chateaubriand- Pr.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Lela Malucelli Rezende, ocorrido na data de 03.08.91.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

Idevides Rezende (esposo)

Jussiane Rezende (filha)

Luciano Rezende (filho)

Mariana Rezende (filha)

Idevides Rezende Filho (filho).

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Nilso Madalosso, ocorrido na madrugada do dia 04.08.91, na cidade de Morretes/Pr, e solicitamos que do mesmo fosse dado ciência à família residente na Rua Visconde do Rio Branco, 224- CEP 83350- Morretes-Pr.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de votos de pesar é justa pela condição de que o Senhor Nilson Madalosso foi importante para o município de Morretes, como empresário e pessoa.

Como empresário pela condição de manter um estabelecimento que proveu empregos e arrecadação de impostos, cumprindo com a missão social da empresa, além de divulgar as comidas típicas da região e mantendo a cultura regional.

Como pessoa por ser um cidadão ativo junto a comunidade, tendo participado de todas as questões importantes para o município e região.

Que a família receba a correspondência mencionando estes votos de pesar pelo falecimento e que saiba que o amigo Nilso deixa uma lacuna nas nossas vidas difícil de preencher.

A amizade é eterna e sobrevive apesar de nossas vidas serem tão curtas.

#### REQUERIMENTO N° 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Cassio Arantes Pereira, figura tradicional e querida da sociedade de Jacarezinho.

O extinto, que na sua profícua existência semeou amigos e em muito contribuiu para o progresso de sua região, deixa para seus filhos, genros e netos, um exemplo digno de sua vida produtiva e bem sucedida.

Requer, mais que, da manifestação desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, votos de Congratulações pelos 50 anos de existência da Cooperativa Agropecuária Batavo, localizada na Municipalidade de Castro, dirigidos os seus cumprimentos ao ilustre Presidente Senhor Dick Carlos de Geus e a todos os associados.

Notadamente o Paraná, este País é marcado profunda e positivamente por um admirável processo de imigração.

Diversas etnias vieram aqui construir os sonhos, vencendo numerosos desafios naturais ante a uma terra distante e com outros tipos de comportamentos culturais.

Entre os exemplos, não há dúvida que merece grande destaque a presença holandesa na Região dos Campos Gerais.

A história de Castro se confunde com os holandeses, que lá se estabeleceram e, com vontade e determinação, não se intimidaram diante dos obstáculos, superados com o árduo e incansável trabalho, solidário, digno e produtivo.

A Batavo é o símbolo de toda essa prosperidade, resultado do desprendimento e do espírito solidário e fraternal, marcados pela cooperação que sempre caracterizou todos aqueles que lá se estabeleceram.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao encaminharmos as nossas efusivas congratulações à referida Cooperativa, o fazemos sobretudo em reconhecimento à elevada importância sócio-econômica e cultural, cujos ricos exemplos se constituem de imprescindíveis lições às gerações futuras.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1836

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades adiante mencionadas, para que envidem esforços no sentido de que seja duplicada, com duas pistas em cada sentido, a Rodovia BR 376, no trecho entre Maringá e Mandaguaçu.

a) ao Secretário Nacional dos Transportes, José Henrique de Amorim Figueiredo, em Brasília;

b) ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) Antônio Carlos Berruci Loureiro Alves, em Brasília;

c) ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Paraná (DNER-Pr), Edy Nakamura, em Curitiba;

d) ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira.

E, para justificar o presente requerimento, apresenta as seguintes considerações:

a) a BR-369, no trecho compreendido entre Londrina e Mandaguari, encontra-se duplicada, com quatro pistas, sendo duas em cada sentido, o mesmo ocorrendo com a BR-376, no trecho entre Mandaguari e Maringá, passando pelos Municípios de Marialva e Sarandi;

2) o trecho de duplicação pretendido é de, aproximadamente, 15 quilômetros;

3) esse trecho, em sua maior parte, encontra-se na Região Metropolitana de Maringá, passando pelo Distrito de Iguatemi, pertencente a Maringá, sendo que esse distrito tem uma população estimada em 10.000 habitantes;

4) às margens da rodovia, no trecho Maringá-Mandaguaçu, estão sendo implantadas diversas indústrias, quer por parte de Maringá, quer por parte de Mandaguaçu e, num futuro bem próximo, essas duas cidades estarão interligadas, como ocorreu entre Maringá e Sarandi;

5) para o desenvolvimento industrial, às margens da BR-376, nesse trecho, haverá urgentemente necessidade de duplicação da rodovia, facilitando acesso às indústrias;

6) diariamente, percorrem esse trecho cerca de 20.000 veículos, o que caracteriza tráfego intenso, sendo fator de muitos acidentes, na maioria das vezes com vítimas fatais;

7) o sistema de transporte coletivo, entre Maringá e Mandaguaçu, e entre Maringá e Iguatemi, opera nesses trechos de maneira intermitente, com circulares de duas empresas de ônibus, a cada 30 minutos.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 1839

SÚMULA: Requer envio de expediente aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara Federal, Mauro Benevides, Presidente do Senado da República e aos Senhores Líderes dos partidos com assento em ambas as Casas do Congresso Nacional, solicitando-lhes sejam tomadas as iniciativas necessárias ao controle, pelo Poder Legislativo da República das concessões de TV a Cabo e suas renovações, assim como, hipotecando o apoio irrestrito deste Parlamento a tal medida.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 1840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial à Secretaria de Estado dos Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Ivaté, em Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, à Vereadora Elmida Panazzollo e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes.

A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente.

Temos a certeza de que a Secretaria ao efetuar estudos verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

#### REQUERIMENTO N° 1841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo doutor

Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no município de Assis Chateaubriand.

Do aprovado, REQUER ainda, a comunicação ao senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) NELSON GARCIA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da Cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiar, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

#### REQUERIMENTO N° 1842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, digníssimo Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que seja determinado estudos e viabilização financeira para a construção da sede própria do Banco, no distrito de Cafezal, em Iporã.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao senhor Prefeito Municipal, ao vereador Moisés Mendes e ao vereador Antonio Vicente do Carmo.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando estar a Agência do Banco do Estado do Paraná, de Cafezal funcionando em instalações precárias, em imóvel alugado, desde agosto de 1.979, época em que lá se instalou e considerando o bom movimento financeiro que vem apresentando, solicitamos a construção da sede própria, retribuindo assim à coletividade o apoio recebido, numa prova de confiança no futuro do novo Município, prestes a se insta-

lar.

## REQUERIMENTO N° 1843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja determinado a inclusão do Município de Umuarama dentro do Programa "escola integral".

Do aprovado Requer ainda, a comunicação ao Excelentíssimo Sr. Alexandre Ceranto, ilustre Prefeito Municipal de Umuarama, ao ilustre Vereador Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) NELSON GARCIA.

## JUSTIFICATIVA:

O propósito do pedido é o de dotar Umuarama de uma estrutura educacional condizente com as necessidades da sua população que é basicamente constituída de jovens emergentes e conscientes da importância do estudo. Preparada para os desafios do novo tempo, o município possui uma estrutura educacional ao nível de pólo regional, pois além da rede municipal de ensino de 1° grau, possui diversas escolas de 2° grau e um considerável complexo educacional de 3° grau recentemente incorporando-se a Faculdade de Farmácia - Bioquímica. Está para ser construída, ainda esse ano, a Escola Agrotécnica Federal, a única a esse nível no Estado.

O pedido da escola integral, uma vez atendido, irá reforçar ainda mais esse parque educacional, habilitando o município ao desenvolvimento exigido.

A obra construída pelo Governo do Estado será sem dúvida alguma um "Centro de Excelência" do ensino de 1.ª a 8.ª série, do 1° Grau, uma referência para que a sociedade pressione a administração pública municipal, estadual e federal, a redirecionar recursos para as áreas prioritárias, como o é a Educação conforme palavras do próprio Governador.

E em se tratando de Umuarama, dada a administração de Ceranto, com ênfase na educação, seria aliar o útil ao agradável, ou seja, a vontade do Governo Estadual com a prática da Administração Municipal.

A Prefeitura oferece a área compatível e se responsabiliza pela administração do prédio e professores, já que o ensino será municipalizado, e o Governo constrói.

As crianças terão ensino durante 9 horas diárias, com alimentação, estudo, lazer e assistência integral.

## REQUERIMENTO N° 1844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Osni Ribas Alves, no sentido de que seja liberado recursos financeiros para dotar as creches de material de lazer tais como parque infantil, no município de UMUARAMA.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) NELSON GARCIA.

## JUSTIFICATIVA:

As creches municipais entendidas como equipamento social auxiliar da família, destinam-se ao atendimento da criança objetivando:

- promover a participação da família como um todo no programa sócio-educativo;
- oferecer-lhe condições favoráveis ao seu desenvolvimento;
- viabilizar a integração social do menor e de sua família na comunidade;
- atender suas necessidades básicas e prioritárias, proporcionando o desenvolvimento e o estímulo do seu crescimento físico, emocional e mental.

Entendendo-se que a atividade da criança é o lazer, ou as brincadeiras lúdicas e que o parque infantil em muito ajudaria nesse processo, solicitamos o empenho da LBA para a obtenção desse projeto.

RELAÇÃO ANEXA A JUSTIFICATIVA DA  
INSTALAÇÃO DE PARQUES INFANTIS.

## CRECHE PINGO DE GENTE

LOCAL: Centro Social Urbano

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 120

## CRECHE RECANTO DO AMOR

LOCAL: Vila Operária

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 120

## CRECHE SÃO CRISTÓVAM

LOCAL: Conjunto Habitacional II

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 90

## CRECHE RISOLETA NEVES

LOCAL: Conjunto Habitacional III

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 70

## CRECHE INÁCIA DULTRA

LOCAL: Jardim Panorama

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 100

## CRECHE ANJO DA GUARDA

LOCAL: Centro

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 90

## CRECHE CASA DO LEITE

LOCAL: Bairro da Igreja São Paulo

N° CRIANÇAS ATENDIDAS: 80

CRECHE ARCO IRIS

LOCAL: Distrito de Vila Alta

Nº CRIANÇAS ATENDIDAS: 60

CRECHE SERRA DOS DOURADOS

LOCAL: Distrito Serra dos Dourados

Nº CRIANÇAS ATENDIDAS: 90

CRECHE MENINO DEUS

LOCAL: Distrito de Herculanãdia

Nº CRIANÇAS ATENDIDAS: 120

CRECHE SANTA TEREZINHA

LOCAL: Distrito de Ivaté

Nº CRIANÇAS ATENDIDAS: 140

CRECHE MENINO JESUS

LOCAL: Distrito de Santa Eliza

Nº CRIANÇAS ATENDIDAS: 90

#### REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustre Presidente do Banco do Brasil, no sentido da revisão do processo relativo ao fechamento das Agências localizadas nas Municipalidades de Rio Azul e Teixeira Soares.

Um País eminentemente agrícola, do qual o Paraná é, sem dúvida alguma, um dos maiores produtores rurais, não pode continuar a prescindir de condições seguras que tal atividade mereça a justa e necessária atenção.

Infelizmente, as últimas décadas para o setor foram desastrosas, para se dizer o mínimo. Dentre os inúmeros fatores, cabe ressaltar a ausência de recursos para o financiamento do Plantio, a ausência de meios de transporte das safras e a ausência de preços garantidores de rentabilidade.

Os reflexos são por demais conhecidos. Afirmar que o produtor rural está "apenas" descapitalizado é até uma situação tida como "boa", em vista da realidade falimentar que a tantos já atingiu. Sem poder ou simplesmente manter os seus equipamentos, sem poder usar novas técnicas, e sobretudo reduzida a área de plantio ou vendendo parte para pagar juros aviltantes, o agricultor vive na penúria, sem ter ao menos alguma perspectiva.

Em meio a tudo isso, como que um tiro de misericórdia, há um outro fator em termos da infra-estrutura que certamente contribui de maneira direta nessa difícil situação. Trata-se do fechamento das Agências do Banco do Brasil, por todo o Paraná como pelo País.

Esta Casa, aliás de modo firme e unânime, protestou com veemência sobre uma posição totalmente incompatível com a

agricultura e com a estrutura econômica como um todo.

Tomando como parâmetro a Região que honrosamente representamos nesta Assembleia, a Centro-Sul, dois Municípios foram vítimas dessa insensível decisão. Rio Azul e Teixeira Soares perderam as Agências do Banco do Brasil, punidos injusta e brutalmente, desconsideradas as suas reais potencialidades econômicas e às suas participações no engrandecimento do Paraná e do Brasil.

E é por essa razão que voltamos ao assunto, aliás com a insistência quantas vezes for necessária, para que seja revista tão inadmissível decisão.

No dia 11 de março encaminhamos, por intermédio deste Poder, dois Requerimentos, em protesto pelo até então anunciado fechamento daquelas Agências. No dia 21 de maio, quando da mudança de Diretoria, remetemos telex reiterando a nossa inequívoca posição, além do pronunciamento feito nesta Tribuna.

Antes de ser um agente, econômico, o Banco do Brasil como aliás preceitua os seus estatutos deve ser uma Instituição com finalidades sociais. Logo, deve se voltar para esse objetivo como a agricultura.

Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há um dado interessante que aqui trazemos a público sob a forma de questionamento. No Município de Rio Azul, o Banco do Brasil foi fechado alegando-se que a sua Agência era inviável. Porém, logo depois, eis que um outro Banco, BAMERINDUS, lá se instalou. Como que para um Banco era inviável e para outro se dá exatamente ao contrário?!

Isso vem a provar, o quão estava e continua profundamente equivocada a decisão de fechar o Banco do Brasil. Ora, ao se instalar o BAMERINDUS, vem a comprovar as condições extremamente favoráveis de Rio Azul, o mesmo também se dá com respeito a Teixeira Soares.

Assim sendo, espera-se, num menor prazo de tempo possível, seja reexaminado o aludido assunto, culminando com a reabertura das referidas Agências, reparando um grave erro e restabelecendo a justiça, ante àquelas laboriosas comunidades.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO Nº 1838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhada sugestão para que a Secretaria de Estado do Planejamento mantenha, no BDE - Banco de Dados do Estado, as estatísticas mínimas de participação do Paraná no Bra-

sil e comparativamente aos Países do Mercosul, conforme exemplo em anexo. Bem como, as estatísticas relativas as carências sociais que afetam o nosso Estado (Ex. percentual de água tratada, disponibilidade de esgoto, coleta de lixo, etc.)

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) NEIVO BERALDIN.

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de conhecermos as potencialidades e carências de nosso estado é a base para que possamos determinar a melhor aplicação dos recursos dos impostos pagos pela população.

Quando estamos a frente de uma integração é ideal que saibamos onde estão nossas dificuldades para que não venhamos sofrer ou fazer sofrer esta população que tanto luta para que o Paraná tenha o melhor índice de qualidade de vida dos demais Estados e isto é medido pelo seu desenvolvimento econômico e social.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 319/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede no Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) SEVERINO FÉLIX.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede no Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná, fundada em 09 de julho de 1977, e está devidamente registrada sob o n° 06 do livro n° A-1, às fls. 102 e 103, a Associação tem como finalidade a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e o bem-estar e às necessidades da criança e da gestante especialmente, sem quaisquer ônus.

PROJETO DE LEI N° 320/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei n° 6.251 de 20.11.71, de "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.91

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei prende-se ao fato de que foi alterado o nome da entidade em assembléia realizada no dia 15 de agosto de 1975.

Com a supracitada alteração, o nome da entidade passou a ser "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ".

Tal entidade tem como finalidade instituir, coordenar amplo serviço de assistência médico-pedagógico e social, destinados a criança, adolescentes e adultos, portadores de doenças mentais, visando a sua integração social.

As razões aqui explícitas nos conferem a oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Parâs.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerra a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Só para informar que o Dr. Rosinha já comunicou por escrito à Mesa que não estará presente na sessão, em função de seu pai estar passando mal.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, então, o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Hoje eu venho a essa tribuna para pedir socorro em nome do Paraná. Eu peço socorro ao Governador do Estado, peço socorro à Assembléia Legislativa para que o Paraná não perca para Santa Catarina os seus poços de petróleo.

Há cerca de um mês a Assembléia Legislativa de Santa Catarina criou uma comissão para tratar da questão da localização do poço PR-54, denominado pela PETROBRÁS de Campo do Tubarão e que segundo estudos técnicos realizados pelo IBGE em 1989 pertence ao Paraná. O IBGE convocado que foi pela PETROBRÁS a dar uma solução ao caso, ao conflito entre os dois Estados, criado em 1988 arbitrou a questão com base na legislação em vigor e o Paraná foi vencedor.

Os catarinenses pretendem entrar com recurso jurídico, com ação que colocaria o Estado do Paraná e o IBGE como réus, além de pressões políticas a nível federal e junto a PETROBRÁS, para que a porção do mar, onde se encontra o PR54 seja considerada como litoral catarinense.

Portanto, hoje eu venho aqui pedir aos nobres Líderes dos partidos, Orlando Pes-

suti, Rossoni, Ernani, Hermas Brandão, Paulo Maia e todos os demais líderes de todos os partidos, Geraldo Cartário do PDT, para que o Paraná se una definitivamente pelas nossas causas que a gente não fique brigando com problemas que não se atém ao Estado do Paraná.

Que o Governador Roberto Requião mexa-se e junto com a gente, Assembléia Legislativa, levante uma bandeira em prol do petróleo que é do Paraná e eu tenho aqui uma carta recebida no dia 10 de junho da PETROBRÁS aonde diz, que o poço de Tubarão PR54 produzirá 50 milhões de barris de óleo e 6 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Que o Poço Estrela do Mar produzirá 57 milhões de barris e 2,3 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Que o campo de coral produzirá 30 milhões de barris e 1,6 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Ora, Senhores Deputados ou nós nos conscientizamos e brigamos por aquilo que interessa ao Estado do Paraná ou nós não temos o que fazer aqui na Assembléia Legislativa. Nós temos que brigar. Somos co-irmãos de São Paulo, somos co-irmãos de Santa Catarina, mas não deixaremos que os Estados vizinhos roubem o que é nosso.

Portanto, eu peço a toda a classe política do Paraná, a toda classe empresarial, a toda imprensa para que se mobilize para que o Paraná não seja lesado mais uma vez como vem sendo feito durante todos os anos passados.

Gostaria também de dizer que na Ponta do Poço, no município de Paranaguá, em Pontal do Sul, existe uma estrutura que no Brasil inteiro não existe igual, é o Complexo Tequinte CDC que é aonde fabricavam plataformas marítimas e hoje a cidade de São Francisco do Sul está tentando levar toda a base de apoio das plataformas para aquele município.

Eu espero que após esse pronunciamento, todas as facções políticas, todas as áreas empresariais e toda a imprensa se conscientizem que empunhar uma bandeira é lutar pelo seu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Brasil hoje se orgulha de ser um dos campeões mundiais da mídia eletrônica e ao mesmo tempo amarga a desconfortável posição de país que tem uma das mais conservadoras legislações de rádio difusão do mundo. Investiu-se na sofisticação dos meios e serviços, enquanto as leis e a liberação de subsídios foram definidos sem discussão

com a sociedade que no seu conjunto financiou esse processo de modernização. Neste contexto o país convive com um jornalismo fraudulento, bastando como exemplos a proibição da direção da Rede Globo de Televisão na época em que o país clamava por eleições diretas, de que em seus noticiários não se tocasse no assunto. Na campanha presidencial o nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva questionava e mostrava à sociedade brasileira o controle, a discriminação e o uso da tevê a grupos políticos de oposição reacionária de direita. Alguém tem dúvida da discriminação e perseguição da Rede Globo no primeiro turno das eleições presidenciais a Lula e a Brizola? Alguém tem dúvida da perseguição no segundo turno ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, naqueles últimos momentos em que sorrateiramente a Rede Globo montou um programa disfarçado pró-Collor no último dia das eleições, burlando inclusive a legislação eleitoral? Para confirmar aquelas denúncias se percebe cada vez mais o investimento de grupos empresariais, grandes empresários em concessão de canais de televisão, grupos esses ligados ao Presidente Fernando Collor de Mello. Como forma de um bom negócio, de um ótimo negócio financeiro que rende altos dólares, usa-se como projeção política pessoal e conquistas de espaços, um bem público que são as concessões dos meios de comunicação social. É vergonhoso e totalmente antidemocrático o modo como se tem distribuído essas concessões a ponto de a revista Isto É Senhor do dia 31 de julho último passado considerar como capa da sua revista com o título Presentes do Rei, onde o Presidente da República aparece com um monte de televisões nas suas mãos para distribuir de presente aos seus amigos, colocando aqui no seu interior matéria alarmante sobre os atos, no nosso entendimento, fraudulentos. Collor distribuiu já neste período de Governo as quarenta sobras, as quarenta concessões que sobraram do seu antecessor José Sarney, antes mesmo de ser regulamentada pelo Congresso as concessões de canais de tevê a cabo. A revista denuncia que o Presidente Collor está fazendo as vezes de um ator principal em todas as cenas de concessões de TV e dá a palavra final sobre o assunto, um canal de TV, onde uma valorizada moeda política hoje está sendo uma grande moeda política aos grupos econômicos que manipulam a comunicação do País.

Tenta-se garantir que no momento duas grandes empresas ou duas grandes redes de televisão ...

(Esgota-se o horário).

Senhor Presidente, solicito o Horário da Liderança do PT.

(concedido).

... redes de televisão, a Rede Manchete e a Rede Record, que estão sob dificuldades, tenta-se a qualquer custo colocá-las em mãos de amigos do Presidente da República. O Presidente sedimenta o caminho jurídico, driblando a Constituição, que no seu Capítulo V, diz que a distribuição de canais de TV deve seguir critérios de interesses sociais. Para poder distribuir burla-se este artigo da Constituição, distribuiu-se as TV's a cabo que, segundo o Governo, nas suas alegações, é um serviço especial de natureza privada.

Quanto às grandes redes, o Governo usa do poder político para favorecer grupos políticos ligadas a ele. É o caso da TV Record, cujo proprietário recebeu pressões irresistíveis para passar adiante o seu negócio, tendo que vender o seu canal por metade do preço. Edir Macedo, bispo de uma igreja, também de conduta discutível, vê-se obrigado a passar o negócio a frente. Imaginem quem é o candidato à compra da TV Record? José Carlos Martinez, coordenador da campanha colorida no Paraná em 1989.

Em junho último passado a Rede OM iniciou a retransmissão dos programas da Record, com negócios já encaminhados nesse estilo. Em seguida, a família Martinez arrematou por 15 milhões de dólares a TV Corcovado no Rio de Janeiro.

Aí se percebe, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dados alarmantes que ocorrem nesta forma de negociata que o Governo Federal, através do Presidente Fernando Collor, se utiliza para passar aos seus amigos para lhe garantir sustentação econômica e poder político às concessões que a Constituição garante e que o Congresso deverá discutir este fato das concessões de televisão.

Só no Paraná sabemos pelas informações da revista que fala dos "presentes do rei" de 13 presentes doados ao Paraná de canais de TV a cabo. E, por outro lado, vimos que alguns desses canais estão sendo vendidos antes mesmo de serem colocados em funcionamento, como é o caso de empresários do ramo de comunicação do Paraná, como o caso do sobrinho do ex-Prefeito de Maringá, Saide Ferreira, Senhor Laércio Jorge Badotti, que está adquirindo uma dessas concessões que nem sequer foram instaladas.

Os empresários amigos do Presidente estão estocando as suas concessões para investir no futuro quando o rendimento for ainda maior. Isto é alarmante. Existe uma grande máquina de favorecimento, assentada há muitos anos no Ministério das Comunicações, esta máquina iniciada pelo Sr. ex-Ministro Antonio Carlos Magalhães, o famoso "Antonio Malvadeza" e pelo seu Secretário já há 15 anos no Ministério das Co-

municações, Rômulo Furtado, que é um dos grandes proprietários de canais de televisão em Estados do Norte do País.

Esses fatos nos remetem a uma preocupação, Senhores Deputados: no período da Assembleia Nacional Constituinte, quando o famoso "Centrão" se instalou na Constituinte e quando o Presidente Sarney queria os seus 5 anos de mandato, vimos o clima de compra de votos, golpes e barganha de compras, golpes sujos, como aconteceu no Centrão, jogando pesado na comunicação e a comunicação foi um dos temas que geraram mais tumulto na Constituinte, porque as emendas populares que reivindicavam ao povo brasileiro, as entidades populares a participarem das suas decisões, das suas concessões e que esses meios fossem de interesse social da grande maioria da população, foram jogadas no lixo pelos constituintes que, na grande maioria, empresários de comunicação, ou seus súditos, estavam lá para lhes garantir o monopólio da comunicação no País e levar a cabo os seus interesses politiquieiros de manobra e dominação do povo brasileiro.

Só no período de outubro de 87 a abril de 88, no período do famoso Centrão da Constituinte e dos cinco anos de Sarney, 174 concessões de rádio AM e FM e televisão, foram concedidos no País, a troca de votos, de barganhas políticas, sem nenhuma condição de a população brasileira aceitar negociatas desse tipo. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, torna-se urgente a implantação de uma nova política de Comunicação e Telecomunicações no País, para que não se faça de um bem público, que o povo brasileiro tem direito a receber as informações verdadeiras, sejam cedidas a grupos econômicos, para manipular a população brasileira e barganhar poder político em momentos eleitorais como está acontecendo atualmente no País, mais especificamente com o Presidente Fernando Collor cedendo aos seus amigos, "aos súditos do rei", os canais de televisão como benesses.

Nós queremos propor a esta Assembleia Legislativa para que encaminhemos requerimento ao Congresso Nacional, ao Presidente do Congresso e também ao Presidente do Senado e às Lideranças partidárias para que o Congresso se preocupe em regulamentar com urgência as concessões de TVs a cabo que o Presidente está burlando o artigo 5º da Constituição, para que não se faça mais uso deste bem público em favor de benesses de grupos minoritários.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência e acredito que Vossa Excelência deixa de citar e não sei quais seriam os motivos, o

Partido e a política de quem sucede o Governo Collor. Acho que o Presidente passado, deste País ex-Presidente Sarney, é o Presidente de honra hoje do próprio PMDB que critica a política Collor e que nada fez de diferente quando no poder, com relação à política Sarney e o PMDB no poder.

Por isso ficamos preocupados quando vemos essa campanha - Quêrcia - e uma saída viável para o Brasil e a gente está vendo simplesmente que é uma demagogia também de uma coisa que não souberam fazer quando no poder e Vossa Excelência cita fatos que nada mais são do que as consequências do governo do PMDB no passado.

Muito obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o aparte do Deputado Paulo Maia que enriquece os nossos dados nesse pronunciamento e quero concluir, Senhor Presidente, dizendo que há necessidade que se crie uma política que dê à sociedade brasileira o controle dos meios de comunicação e que subordinem os privilégios da exploração comercial à responsabilidade social e valorizar sua função educativa e cultural e nesse sentido, nós estamos entregando à Mesa um requerimento, para que se envie ao Congresso Nacional, a preocupação desta Assembléia Legislativa com referência a esses fatos, atualmente ocorrendo em nosso País, quando uma revista, de maior interesse nacional, de respeitabilidade nacional publica matéria neste estilo, referente ao Presidente da República, presentando os seus amigos, "os amigos do rei" com as concessões de canais de televisão a cabo neste País.

Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra no Pequeno Expediente o Sr. Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores Servidores desta Casa, imprensa e demais presentes.

A Comissão de Educação desta Casa, com muita honra, registra o recebimento de um convite da Universidade de Guarapuava - UNICENTRO - para um Fórum - Universidade: Objetivos e Funções no Contexto Social, com objetivos específicos de diagnosticar os problemas da Universidade Brasileira. Analisar o trinômio ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário. Buscar alternativas para construção de um novo modelo universitário. E, como objetivo geral, discutir as questões da Universidade brasileira de modo amplo.

A abertura dar-se-á na semana entrante, com início no dia 14 do corrente com

inscrições às 19 horas. E às 20 horas e 30 minutos uma palestra sob o título: A Política do Governo do Estado do Paraná para o 3º Grau. E às 21 horas e 30 minutos do mesmo dia e na mesma noite - questionamento a palestristas. E depois, nos dias 15 e 16, com outros temas.

A pedido da Reitoria nós estendemos o convite a todos os companheiros Parlamentares desta Assembléia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, com muita tristeza, denunciemos ao Paraná e à Nação que o Presidente Collor, infelizmente, se estivesse bem intencionado estava comendo pelas mãos dos tecnocratas de Brasília com a famigerada política de extinção de agências do Banco do Brasil e de postos avançados daquele principal estabelecimento de crédito do País, num total de 1531 agências, mandando para as calendas gregas o Banco Social, modelo neste País e com renome internacional, com pessoal altamente qualificado e que vem servindo o País desde 1808 como Banco de Fomento, de criador de riquezas e de fixação do homem no campo, de incentivo à mão-de-obra nacional. Hoje, com grande satisfação, temos que registrar, aqui, de público, nesta tribuna, que está havendo uma mudança de rumos, pelo menos no Banco do Brasil uma sensibilização maior na escolha de um novo Presidente, Lafaiete Coutinho que parece sentiu o eco de todos os pronunciamentos dos Parlamentares de todos os níveis deste País, desaguando na CPI do Congresso Nacional, quando ele foi interpelado e fez uma promessa a todo o povo brasileiro, de reativar todas as agências e postos avançados do Banco do Brasil, 1531 agências. Queira Deus, que o Governo Collor encontre a diretriz, voltada de frente para os mais de 150 milhões de brasileiros. E aqui nessa oportunidade, com otimismo e alegria deixamos de lado a nossa tristeza de ontem, para nos congratular a Presidência do Banco do Brasil, pedindo a Deus que isso seja uma verdade em benefício de tanta gente esquecida através da insensibilidade dos tecnocratas de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Inicia-se no Congresso Nacional, um dos debates mais importantes para o futuro desse País. Nós estamos hoje presenciando um debate acerca da necessidade ou não de se estabelecer definitivamente nesse País uma política salarial.

De um lado, nós temos como sempre a cantilena e a ofensiva dos neoliberais, que como uma das premissas dos tabus que defendem, está de que os salários devem se reger pela livre negociação salarial.

O "Dieese" publicou esta semana o resultado da política de livre negociação salarial que o Presidente Collor implantou nesse País. Em meio a uma repressão brutal, perdão digo, uma recessão brutal, onde cerca de 1/3 da população economicamente ativa do País está desempregada, nós tivemos a seguinte realidade: De março de 1990 a março de 1991, como resultado da política de livre negociação salarial, nós chegamos à constatação de que a categoria pesquisada a nível nacional que teve a maior taxa de reposição de suas perdas salariais, chegou apenas a 68% do salário real que obtinha em março de 1990. Vamos até ao extremo, da categoria dos comerciantes que hoje tem como salário real, que havia em março de 1990, apenas 20% do salário real, ou seja 1/5 do salário real que dispunha em março de 1990.

Esse é o resultado da política de livre negociação implantada pelo Presidente Collor. Mais do que isso, também a "Folha de São Paulo", citando dados do DIEESE, traz uma realidade das mais vergonhosas, desastrosas e criminosas que nós já tivemos em nosso País.

A renda dos salários, a participação dos salários na renda nacional, caiu de 52% que tínhamos na década de 70, para 35% hoje no ano de 1991.

Ou seja, os salários no Brasil, a participação dos trabalhadores na riqueza produzida neste país, hoje, está situada em torno de apenas 1/3 da renda total produzida.

É o pior patamar, é a pior participação já verificada na história nacional. Nunca o arrocho salarial foi tão grande. E aí vem segunda premissa, que os políticos que defendem neoliberalismo tentam nos impor, é de que a taxa de lucros é intocável.

O que os trabalhadores têm que discutir é a sua participação no aumento da produtividade.

Ora, no Brasil, se nós fizermos um comparativo com outros países, vamos verificar que hoje os salários detêm cerca de 1/3 da renda nacional, enquanto que na grande maioria dos países do mundo, esta participação chega a 2/3 ou mais da renda nacional.

Então, há uma relação salário/lucro extremamente desigual na sociedade brasileira. E mais do que isso: defendem, também, os políticos conservadores que uma política de indexação salarial aceleraria a inflação em nosso País. Também neste caso, o DIEESE fazendo um levantamento,

constatou que por exemplo, na década de 70, de 65 a 70, havia a indexação salarial e a inflação caía vertiginosamente. Enquanto que em 1983 e mesmo agora, durante o Governo Collor, com o arrocho salarial enorme, a inflação se acelera. O que, inclusive, desmonta este argumento de que o salário é um fator inflacionário.

Agora, fundamentalmente, o que o Partido dos Trabalhadores tem defendido é que nós devemos não subordinar o salário à política econômica, mas sim subordinar a política econômica a uma política salarial e a uma política de distribuição de rendas. Nós não somos ingênuos de defender uma reposição e um avanço e um aumento real na massa salarial em nosso País, de uma forma imediata, de uma forma abrupta. Mas, nós defendemos efetivamente, que se adote uma política salarial neste País, lenta mas firme no sentido de aumentar a participação dos trabalhadores e dos salários na renda nacional. Para isso, é fundamental que se redirecione todo o modelo econômico brasileiro.

Nós sabemos hoje perfeitamente que o País atravessa uma recessão das mais graves: queda no consumo, queda na produção, que tem como causa maior exatamente a ausência de poder aquisitivo da grande massa dos trabalhadores. Nós temos, hoje, uma economia voltada à produção, voltada ao mercado exterior para gerar dólares, que se limitam no máximo a pagar os juros da dívida externa. Temos um parque industrial, hoje, voltado à produção de bens de consumo que somente podem ser adquiridos por uma pequena parcela da classe média e da classe mais rica em nosso País.

Então, é fundamental que juntamente com uma política de recuperação salarial se adote também um novo modelo de desenvolvimento em nosso País. Um modelo que leve, objetivamente, a nossa economia a alargar a produção de alimentos em nosso País, alargar a produção de bens de consumo para atender à demanda que será gerada com o aumento real de salários do Brasil. E principalmente, também, nós defendemos que cabe ao Estado, um papel importante na distribuição da renda. Porque se de um lado os salários, hoje, ao serem aumentados, podem significar a elevação real e direta do nível de vida dos trabalhadores, também o Estado, através das políticas fiscal, sociais, de investimentos e melhoria dos serviços de saúde, de educação, de transporte e habitação, cumpre um papel fundamental nas melhorias das condições de vida da nossa população.

Portanto, neste momento em que o Congresso Nacional se debruça sobre esta questão, no nosso entendimento fundamental, inclusive para os rumos do nosso País - concluindo, Senhor Presidente - nós de-

fendemos, sim, uma política salarial que preserve o poder de compra dos trabalhadores. E fundamentalmente, que estabeleça clara e firmemente regras que determinem o aumento da participação da renda dos trabalhadores no Produto Interno Bruto no nosso País.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O que me traz à tribuna nesta tarde, primeiramente, é dar entrada em alguns requerimentos. Porém eu teria que fazer um comentário de introdução, mas na ausência do Presidente do PSDB, Hermas Brandão, eu declino e o farei numa próxima oportunidade.

Meu prezado amigo, Deputado Domingos de Carvalho, que representa o Município de Castro, Distrito de Carambeí e a região de Ponta Grossa: Permita-me fazer esta saudação a Vossa Excelência porque tive o prazer, nestes últimos dias, de acompanhar de perto os festejos do cinquentenário da "Cooperativa Batavo" daquele município.

A "Cooperativa Batavo", liderada pelos holandeses, é a maior cooperativa de produção de todo nosso País. E ontem, inclusive acompanhando Vossa Excelência e acompanhando Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, participamos da abertura da Expoleite, na Castrolanda. E eu tenho aqui requerimento que vou dar entrada na Mesa cumprimentando o seu Presidente e a todos os associados daquela cooperativa. Mas quero, primeiramente, que Vossa Excelência seja o porta-voz de toda região de Irati, porque na verdade, os holandeses quando chegaram no nosso Estado do Paraná, a sua primeira comunidade foi no Distrito de Gonçalves Júnior, lá na nossa querida Irati. E pela situação geográfica das terras nossas não se adaptaram e posteriormente se dirigiram a Castro, lá fundando o Distrito de Carambeí, lá fundando a maior cooperativa de produção de nosso Estado. Vou dar entrada no requerimento mas gostaria imensamente que Vossa Excelência que é o representante legítimo daquela região, pudesse ser o porta-voz nosso, de Irati, aos holandeses de Castro e Carambeí.

O segundo assunto que me traz à tribuna, nesta tarde, é o mesmo que o Deputado Alaceu Swarowski, abordou há poucos instantes, o Banco do Brasil.

É um requerimento que, reiterando outros requerimentos que já fiz, telex, enviados à direção do Banco do Brasil, em Brasília, pelo fechamento das agências do Banco do Brasil, em Teixeira Soares e Rio

Azul. Antes de fazer a leitura do requerimento que estou endereçando ao Banco do Brasil, eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Parlamentares sobre o que aconteceu no Município de Rio Azul. Fechou-se a agência do Banco do Brasil em Rio Azul, por ser inviável economicamente. Porém, semanas após, ou meses, instalou-se a agência de outro Banco ou mais precisamente a agência do Bamerindus, no Município de Rio Azul. Mas, pasmem, Senhores Deputados, no mesmo local aonde funcionava a agência do Banco do Brasil! O que me chamou a atenção foi exatamente ser no mesmo local! Eu cumprimento, é claro o Bamerindus porque está acreditando no Município de Rio Azul, uma prova mais concreta de que e não estava errado e que aquela agência do Banco do Brasil jamais poderia ser fechada. O que estranhei, é claro, é que em seguida o Bamerindus chegou lá e no mesmo local, aproveitando até o calor dos nossos agricultores e da economia de Rio Azul.

E, assim vai o nosso requerimento, uma vez mais, até Brasília, até a direção do Banco do Brasil.

(Lê):

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Reitera à Diretoria do Banco do Brasil, seja revisto o processo relativo ao fechamento das Agências localizadas nas Municipalidades de RIO AZUL e TEIXEIRA SOARES.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustre Presidente do Banco do Brasil, no sentido da revisão do processo relativo ao fechamento das Agências localizadas nas Municipalidades de RIO AZUL e TEIXEIRA SOARES.

Um País eminentemente agrícola, do qual o Paraná é, sem dúvida alguma, um dos maiores produtores rurais, não pode continuar a prescindir de condições seguras para que tal atividade mereça a justa e necessária atenção.

Infelizmente, as últimas décadas para o setor foram desastrosas, para se dizer o mínimo. Dentre os inúmeros fatores, cabe ressaltar a ausência de recursos para o financiamento do plantio, a ausência de meios de transportes das safras e a ausência de preços garantidores de rentabilidade.

Os reflexos são por demais conhecidos. Afirmar que o produtor rural está "apenas" descapitalizado é até uma situação tida como "boa", em vista da realidade falimentar que a tantos já atingiu. Sem perder ou simplesmente manter os seus equipamentos, sem poder usar novas técnicas, e

sobretudo reduzida a área de plantio ou vendendo parte dela para pagar juros aviltantes, o agricultor vive na penúria, sem mesmo com alguma perspectiva.

Em meio a tudo isso, como que um tiro de misericórdia, há um outro fator em termos de infra-estrutura que certamente contribui de maneira direta nessa difícil situação. Trata-se do fechamento das Agências do Banco do Brasil, por todo o Paraná como pelo País.

Esta Casa, aliás de modo firme e unânime, protestou com veemência sobre uma posição totalmente incompatível com a agricultura e com a estrutura econômica como um todo.

Tomando como parâmetro a Região que honrosamente representamos nesta Assembléia, a Centro-Sul, dois Municípios foram vítimas dessa insensível decisão. Rio Azul e Teixeira Soares perderam as Agências do Banco do Brasil, punidos injusta e brutalmente, desconsideradas as suas reais potencialidades econômicas e às suas participações no engrandecimento do Paraná e do Brasil.

E é por essa razão que voltamos ao assunto, aliás com a insistência quantas vezes forem necessárias, para que seja revista tão inadmissível decisão.

No dia 11 de março encaminhamos, por intermédio deste Poder, dois Requerimentos, em protesto pelo até então anunciado fechamento daquelas Agências. No dia 21 de maio, quando da mudança de Diretoria, remetemos telex reiterando a nossa inequívoca posição, além do pronunciamento feito nesta tribuna.

Antes de ser um agente econômico, o Banco do Brasil - como aliás preceitua os seus estatutos - deve ser uma instituição com finalidades sociais. Logo, deve se voltar para esse objetivo, como a agricultura.

Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há um dado interessante que aqui trazemos a público sob a forma de questionamento. No Município de Rio Azul, o Banco do Brasil foi fechado alegando-se que a sua agência era inviável. Porém, logo depois, eis que um outro Banco, o BAMERINDUS, lá se instalou. Como que para um Banco era inviável e para o outro se dá exatamente ao contrário?!

Isso vem a provar, o quão estava e continua profundamente equivocada a decisão de fechar o Banco do Brasil. Ora, ao se instalar o BAMERINDUS, vem a comprovar as condições extremamente favoráveis do Rio Azul, o mesmo também se dá com respeito a Teixeira Soares.

Assim sendo, espera-se, num menor prazo de tempo possível, seja reexaminado o aludido assunto, culminando com a reabertura das referidas Agências, reparando um

grave erro e restabelecendo a justiça, ante aquelas laboriosas comunidades.

Sala das Sessões, em 08.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

Eu espero que, para os próximos dias, inclusive, possa, a Bancada do PRN que aqui está presente, também se posicionar a respeito do pronunciamento do companheiro Alceu Swarowski, a respeito do que está no jornal "Gazeta do Povo" de hoje com a reabertura de todas as agências do Banco do Brasil em nosso Estado. Num fortalecimento, mais do que nunca, do nosso poder. Porque aqui se levantou, desde o início, esta questão e por este caminho e por esta denúncia haverá também aqui de surgir a solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:  
PDT, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Secretária Gilda Poli diz que está louca de brava ao tomar conhecimento de que o Deputado e Vice-Prefeito de Curitiba, pretende enquadrá-la no artigo 65 da Constituição Estadual e responsabilizá-la por crime de recusa e não atendimento de pedido de informações encaminhado por esta Casa.

"Quem pode responder por crime de calúnia e difamação, é ele" quem diz é a Secretária.

Esta nota, publicada hoje no jornal "Gazeta do Povo" e provavelmente já do conhecimento dos Senhores Deputados somada ao telex recebido no meu gabinete, nesta manhã, e enviado pela Secretária Gilda Poli, demonstram que, lamentavelmente, um de nossos secretários de Estado não leu a Constituição do Paraná.

"Solicito urgente retratação de Vossa Excelência, quando diz que não respondi ao seu segundo pedido de informações. Foi protocolado na Assembléia Legislativa sob nº 6.910/91, em 17/07/91. Ass. Gilda Poli", diz o telex escrito em vermelho "petulante" por nossa secretária.

O que devo, mais uma vez fazer, é lamentar profundamente que a Secretária da Cultura, por suas outras vezes, Secretária da Educação, não tenha lido a Constituição do Paraná, ou não saiba fazer conta.

Ou então vejamos o que diz a Constituição do Paraná em seu Artigo 55, e não 65, como diz a secretária, Parágrafo Único:

"Importará crime de responsabilidade do Secretário, a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Considerando que o pedido de informa-

ções da Assembléia Legislativa - que deixou de ser apenas meu quando todo o plenário o aprovou - foi enviado à secretária em 06 de maio de 1991, através do Ofício nº 3062/91/DA/CEA/SC, o prazo de trinta dias para respondê-lo seria cinco de junho, uma vez que o mês de maio tem 31 dias.

Entretanto, a secretária diz que está muito brava, porque respondeu-o dia 17 de junho, e eu ainda a acuso de não haver cumprido a Constituição.

Se essas contas, de grau primário, tiverem incorretas, ou se a Constituição do Estado estiver deixado de valer para a secretária, eu retratar-me-ia, como pede a secretária. Mas não sem antes pedir que os calendários sejam adaptados à nova ordem, ainda que os gregorianos e outros povos se revirem nas covas.

Afora isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero usar mais uma vez do jargão jornalístico que uso há muitos anos, para que dizer que é profundamente lamentável que a secretária da cultura além de não ter lido a Constituição, não tenha também tomado conhecimento dos documentos que dizem respeito à reforma do Teatro Treze de Maio - que eu vou chamar sempre de "Teatro José Maria Santos" - objeto dos pedidos de informações.

"Confusa está a cabeça do Deputado. Ele vai ter que me pedir desculpas" - esbravejou a secretária Poli, segundo matéria da "Gazeta do Povo".

Além da notória falta de respeito e decoro da secretária, o que se depreende das suas declarações combinadas com as suas atitudes, é que realmente está bastante confusa - para usar a mesma expressão - diante da Secretaria de Cultura.

Apesar de estar procedendo rigorosíssima e minuciosa análise dos muitos documentos que só ontem chegaram ao nosso gabinete - responsabilidade que também cobro da secretária desta Casa - por ocasião das desairosas declarações da secretária, quero abordar alguns pontos da "rocambolésca" reforma do Teatro Treze de Maio.

Aliás, é muito oportuno hoje falar desse Teatro, porque está na pauta para os próximos dias o meu projeto que visa dar o nome do ator José Maria Santos àquela casa, pelo trabalho dele em construí-la, muito apesar de hoje estar mutilada pela incompetência e negligência de alguns dirigentes administrativos, como adiante vou deixar claro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As obras de reforma do Teatro Treze de Maio foram objeto de licitação, aberta pelo edital nº 014/89 estranhamente, seguindo um edital padrão do "DECOM", muito embora as características da obra, os custos e demais especificações, além de recomen-

dação do próprio governador, obrigassem a formação de uma Comissão de Licitação.

- A Comissão de Licitação não existiu.

Disso, originou-se um edital sem a devida especificação da obra a ser executada, o que acabou redundando nos problemas que paralisaram a reforma, como veremos a seguir.

Apuradas as propostas apresentadas à licitação, sagrou-se vencedora a Acrópolis Construções e Empreendimentos LTDA, com um valor de um milhão e oitocentos e sessenta e três mil e oitocentos e onze cruzados novos, 10,2568% de desconto sobre o preço base do DECOM.

Assinado o contrato para realização da obra, em 13 de outubro de 1989, com um prazo de 360 dias para execução, a Acrópolis instalou-se na rua Treze de Maio, 655, nesta capital, e começou a mexer no Teatro construído pelo bom Zé, como costuma dizer o jornalista Aramis Millarch.

Entretanto, Senhores Deputados, iniciada a reforma, a Acrópolis começou a encontrar inúmeras irregularidades, constituídas por diferenças entre as características técnicas que instruíram o edital de licitação e a realidade encontrada "In Loco".

Essas irregularidades que se traduziam em consideráveis diferenças nos preços apontados pela licitação e propostos pela empresa, foram creditadas a "omissões apresentadas pelos projetos arquitetônicos, estrutural e de fundações, além de aspectos pertinentes à própria locação da obra, não menos relevantes" - segundo informações da Acrópolis ao DECOM, no protocolo nº 1891/90, em 07 de maio de 1990.

Pelo que pudemos verificar nos documentos, a Acrópolis foi de uma integridade inquestionável, já que colocou sob a decisão e responsabilidade da secretária a continuidade de uma obra cujos projetos iniciais estavam totalmente inadequados.

Diante desses problemas e dos desentendimentos evidentes entre os vários técnicos a quem os projetos haviam sido confiados que, aliás, mostraram-se avessos ao assessoramento de acompanhamento à execução da obra, a Acrópolis propôs-se a rescindir o contrato, o que o DECOM fez, amigavelmente, em 17 de maio de 1990.

O parecer do DECOM rumou no mesmo sentido e o termo de distrato de contrato de empreitada nº 89.0193.3.A, confirma que o DECOM e a Acrópolis não tiveram nenhuma responsabilidade com a inviabilização da obra, atribuindo-a aos projetos iniciais e correlatos.

Pois bem, não é que a professora Gilda Poli, no ofício nº 333/91, que me encaminhou no dia 15 de maio próximo passado, atribui a rescisão do contrato à "incapacidade técnica da por parte da empresa

contratada?"

Naturalmente que a secretária confundiu-se, porque a razão derivou dos equívocos cometidos nos projetos executados.

Apesar de tudo isso, em 12 de julho de 1990, a Secretaria da Cultura pagou dois milhões e noventa e seis mil cruzeiros para a empresa "Projetos Associados Sociedade Composta LTDA", que ao que consta nos documentos enviados pela Secretaria da Administração, elaborou um projeto inviável. Porque o próprio DECOM, no termo de distrato do contrato e em seus relatórios, confirma os equívocos e irregularidades do projeto, o que originou os problemas e inviabilizou as obras. Não obstante isto, a Secretaria pagou pelo projeto que jamais poderia ser executado, mesmo sabendo disso dois meses antes do pagamento.

Nas suas informações, mais uma vez a secretária confunde-se, ao dizer que "travou-se uma batalha na tentativa extrajudicial e rescindir o contrato de empreitada", uma vez que se o distrato fala que a rescisão teria ocorrido amigavelmente, não pode ter havido batalha: ou teria sido uma batalha de flores e talco?

Ironias à parte, as confusões não param por aí, porque a Secretária da Cultura afirmou hoje na "Gazeta", que só não reiniciou a obra porque não tem dinheiro suficiente, sem falar na inviabilidade técnica do projeto contratado, o que revela seu desconhecimento de causa.

- Mas mesmo assim, mandou-me um telegrama exigindo retratação, e se diz "Louca de Raiva".

Cólera e loucuras à parte, a secretária evitando mais confusões, se tivesse lido o parecer do DECOM, exarado em 24 de abril deste ano, no seguinte sentido:

"O relatório acima, demonstra de forma inequívoca, a existência de inúmeras irregularidades no trato da coisa pública, assim como é alarmante a incidência de atos e omissões atribuídos aos agentes administrativos, responsáveis diretos pela condução dos negócios públicos de interesse da coletividade.

A análise superficial dos documentos revela total desleixo, de ambas as partes, diante dos compromissos assumidos, trazendo com isso elevados prejuízos ao erário público.

Os fatos que se nos apresentam são de extrema gravidade e devem ser apurados com todo o rigor.

Diante do exposto, entendemos que os referidos contratos devam ser objeto de auditoria, face à complexidade dos fatos." Assina, o relatório o Presidente da Comissão Juarez Santana, e mais dois membros.

É lamentável que nem uma análise superficial dos documentos tenha sido feita pela secretária, antes de responder-me,

confusamente, pela primeira vez e também agora, pela segunda, já que as únicas informações esclarecedoras foram enviadas pelo Secretário da Administração Luis Gastão Franco de Alencar, em 19 de julho, também fora do prazo constitucional.

Será que a secretária acha, realmente, que lhe devo desculpas? Ou ela nos deve explicações por haver encaminhado informações insuficientes, falhas e confusas, repito, a este Poder.

Teria subestimado a capacidade deste Parlamentar ou realmente não tem domínio sobre o assunto? Prefiro acreditar na segunda hipótese, porque em nenhum momento a secretária mencionou o parecer do DECOM, apontando as gravíssimas falhas e responsabilidades mútuas que originaram a inviabilização das obras de reforma do Treze de Maio, inclusive, que deveriam ser objeto de auditoria.

Por ora, Senhores Deputados, não encaminharei nada por este Plenário, continuo analisando a documentação com a minha assessoria e, concluído o levantamento, encaminharei o material à Procuradoria da Assembléia Legislativa para instrução jurídica de um parecer, pedindo a apuração das responsabilidades no caso, inclusive, com a formação de uma CPI se for necessário.

Não vou pedir desculpas à Secretária porque não a ofendi, porque ela de fato descumpriu a Constituição - o atraso de um dia é o mesmo de cem ou mil - não vou respondê-la no linguajar vil e sem decoro, nem enviarei telegramas pedindo que a mim se retrate.

O que espero na Secretária é o tratamento cordial de um membro de um Poder com um Parlamentar, e se possível um pouco de educação.

Esta última, entretanto, condicionada à histórica frase de Maria Antonieta: "em matéria de Educação, é de sábio exigir de cada um, somente aquilo que cada um pode dar".

A verdade é que o relatório confirma, e eu tenho aqui em mãos o relatório da Secretaria da Administração, do DECOM, mostrando a inviabilidade do projeto, as irregularidades, no entanto, a Secretária se achou no direito de exigir uma retratação.

Quem sabe até pedirei desculpas, tantas quantas forem necessárias, pelo respeito à idade da Secretária, mas não deixarei de ficar omissos na cobrança daquilo que nós entendemos como Parlamentar e como agentes fiscalizadores dos atos do Poder Público aqui neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

**Assentimento.**

Senhor Presidente, eu gostaria de pedir licença a Vossa Excelência, porque, quando usava a tribuna, eu nominava algumas autoridades que estiveram presentes ontem em Castro e, lamentavelmente, por uma falha de minha parte, eu omiti o nome de um Ilustre, grande Parlamentar desta Casa que esteve presente, além do mais acompanhando Sua Excelência, o Senhor Governador, que é o nosso Prezado Colega Deputado Eurides Moura.

Então, meu prezado Eurides Moura, quero que me desculpe. Errar é humano. Perdoe-me ter omitido naquele instante o seu nome, mas está reparado agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Apenas para deixar um registro na tribuna desta Casa, mesmo sendo eu de um partido... O PRN.

Eu assisti esses dias à preocupação de um Prefeito do Paraná, em colocar nas portas das escolas, uma orientação às crianças e aos jovens quanto à violência das drogas.

Não sou do PDT, mas respeito todos os partidos políticos desta Casa, inclusive o PDT do Deputado Algaci Túlio, da Deputada Emília Belinati e quero parabenizar o Prefeito Jaime Lerner por ter colocado na televisão, não haveria necessidade, mas eu achei de fundamental importância, ter colocado estas imagens na televisão, em várias televisões do Estado do Paraná, principalmente na Capital do Estado, quando ele cria uma guarda escolar.

Veja a importância desse trabalho, Senhores Deputados, fiquei sabendo hoje que esses guardas estão tendo orientações a respeito da violência das drogas.

Vejam como é importante, aliás eu gostaria até que se estendesse, que o Prefeito Jaime Lerner estendesse esse trabalho às escolas particulares também, porque a violência das drogas está batendo às portas das nossas escolas.

Vejam o que o narcotráfico no Brasil e fora do Brasil é uma violência que para se combater são necessárias todas as forças e todas as armas, porque para combater esse Deputado Federal de Rondonia, os Senhores estão acompanhando através de rádio, jornais e televisão que o cidadão aparece na televisão e nos jornais como se ele fosse a vítima, como se ele não tivesse nada a ver com isso e ele simplesmente plantou em Curitiba três carros roubados e em Brasi-

lia, o seu irmão, com 500 mil quilos de cocaína em um caminhão da sua firma.

Vejam bem o poderio da violência de um traficante de drogas e vejam o quanto de risco correm os nossos filhos dentro das nossas escolas, dentro das nossas universidades.

Eu gostaria, eu falo isso de coração e com o peito aberto, e sei que aqui tem Deputado Severino que já foi Prefeito, Toti Colaço, vários Prefeitos, Moura, eu gostaria que este exemplo sinceramente com a alma, que o exemplo do Prefeito Jaime Lerner fosse seguido em todos os municípios do Paraná que o Prefeito da minha cidade, Deputado Antônio Belinati, também fizesse isso nas escolas, porque é importante, Deputado Moura, essas guardas escolares para orientar os nossos filhos até para o seqüestro.

Eu não sei se os Senhores viram ontem à noite, dois jovens de famílias tradicionais montaram um Chevette com um aparato à Lá James Bond, e iam sequestrar a apresentadora de televisão, a Xuxa.

Vejam o que está acontecendo neste País. A máfia do seqüestro. A máfia da cocaína.

Neste exato momento, está sendo apresentado à imprensa em Colorado aqui no Estado do Paraná, perto de Londrina, na nossa região de Paranavaí, um ex-soldado da Polícia Militar, que é um dos maiores quadrilheiros.

Ele confessou a uma câmera de televisão, hoje de manhã, que em uma semana eles roubaram cinco caminhões e venderam no Paraguai e que não tem mais salvação.

Que não adianta ir ao Paraguai buscar os caminhões porque os caminhões lá já foram vendidos e não tem escolha, não tem volta e que se ele continuasse falando ele poderia ser assassinado pelos quadrilheiros paraguaios.

Então você vê que é uma farta documentação se eu tivesse que falar aqui de toda as formas de violência que atingem a família brasileira, mas eu me reporto e quero parabenizar o prefeito desta Capital, o Doutor Jaime Lerner, por ter colocado nas portas das escolas, um grito de alerta. Um policial daquele, mesmo não sendo policial, não estando na nossa Constituição, ele é um grito de alerta contra o seqüestro e contra a violência das drogas.

Com o aparte o Deputado Moura.

O Sr. Eurides Moura - Eu quero associar-me ao seu pronunciamento parabenizando-o por esta fala tão importante, no momento em que anuncio que há questão de 60 dias atrás, tivemos o prazer de encaminhar a esta Casa de Leis um projeto de lei de nossa autoria versando exatamente na criação da guarda escolar, da segurança às es-

colas a nível estadual.

Portanto, eu também associando-me às suas palavras, cumprimento a administração municipal de Curitiba, no momento em que agradeço ao nobre Deputado por ceder-me estes instantes.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu deixo registrado aqui, através do Vice-Prefeito, Deputado Algaci Túlio, viu Deputado!

O Senhor não imagina como a imagem é forte na televisão.

O Senhor não imagina como a imagem é forte. A imagem dá para a mãe em casa, para o pai, dá uma imagem de garantias, garantias. Você manda o seu filho à escola e você vê um cidadão fardado encaminhando as crianças, conversando com as crianças, segurando as crianças, e orientando as crianças.

Se passa um carro, oferece uma bala, um doce ou qualquer coisa, ele corre na frente e tira a criança. Então eu quero parabenizar e oxalá este exemplo seja seguido por todos os Prefeitos do Estado do Paraná.

Oxalá, porque a violência das drogas é pior do que uma herança nuclear.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

Assentimento.

Eu quero lhe agradecer, Deputado Alborghetti, em nome do Prefeito Jaime Lerner, da sua administração, da qual nós fazemos parte, e dizer de que por enquanto essa guarda escolar, esse pelotão escolar, que já nem é pelotão, é batalhão, está atingindo 70% das 113 escolas do município e até setembro, se Deus quiser, através da Guarda Municipal, cuja criação deu-se através de projeto de minha autoria e de outros dois Vereadores na Câmara Municipal de Curitiba, em 84, possibilitou então que dentro dessa Guarda Municipal de Curitiba, pudessem se criar vários Departamentos, como por exemplo, o Pelotão Escolar, os Vigias de Escolas, a Guarda Verde que cuida dos parques e agora até mesmo os meninos de feira, que são os meninos que ficam perambulando pelas feiras livres, e nós então criamos através da iniciativa da Secretaria do Menor, um trabalho para esses menores que devidamente uniformizados, servem para ajudar as pessoas que vão às feiras para carregar os seus pacotes de verduras até o automóvel ou até suas casas e pretendemos na sequência ainda, também criarmos dentro da Guarda Municipal, a guarda que vai cuidar do trânsito da cidade, porque não é mais possível também conviver com a violência no trânsito e vermos a Polícia Militar, lamentavelmente, des-

parelhada, e o que é pior, Deputado, e Sua Excelência que tem conhecimento de causa, é assunto de nossa área, pretende-se extinguir o BPTRAN que é um órgão exemplar dentro da Polícia Militar, a exemplo do Corpo de Bombeiros, são dois órgãos de fundamental importância dentro da Polícia Militar e me vem a informação que se pretende acabar com o BPTRAN fazendo com que todos os policiais militares passem também a cuidar do trânsito.

Quando no País, procura-se colocar especializações, se especializar em determinados setores, tenta-se, pelo jeito, acabar com a Polícia Militar, acabando com o BPTRAN.

É lamentável e eu quero mais uma vez reafirmar o nosso agradecimento em nome do prefeito pelo seu pronunciamento, reconhecendo a importância desse Pelotão Escolar. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, Deputado, eu passava ontem em frente ao Palácio Iguazu e eu sou carapicho de polícia, com muito orgulho, o Deputado Algaci também, eu passava ontem em frente ao Palácio Iguazu e vi ali milhares de viaturas policiais.

Oxalá, eu não pertencço ao grupo do Governador Requião, mas sou amigo de todos os Deputados desta Casa.

Quando você passa em frente ao Palácio e vê aquela massa de carros para a área da segurança você se sente feliz e oxalá que Deus ilumine, ilumine a cabeça do Governador Requião, que não precisa ter apadrinhamento político para determinar o uso dessas viaturas.

Que mande viaturas para Assaí, mande viaturas para Londrina, mande viaturas para Curitiba, mande para Rolândia, enfim, mande para todos os municípios do Paraná.

Realmente o que foi colocado em frente ao Palácio Iguazu nos dá a certeza de segurança, mas esperamos que essa segurança realmente venha ao encontro da família paranaense.

Oxalá, Deus ilumine a cabeça desse homem e que realmente essas viaturas venham proporcionar segurança ao povo do Paraná, sem apadrinhamento político.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Sr. Presidente.

Para fazer um comunicado. Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Alborghetti e ao mesmo tempo lembrar esta Casa que o projeto de lei tornando obrigatória a presença dos guardas nas escolas municipais de Curitiba foi de nossa autoria na Câmara de Vereadores, sendo aprovado e transformado em lei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com

a palavra.  
(Declina)  
PTB com a palavra.  
(Declina)  
PL com a palavra.  
(Declina)  
Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu estava inscrito para Horário das Lideranças, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Colombino Grassano estava inscrito.

O SR. PAULO MAIA - No PSB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acho que é até óbvio que eu não pretendia falar, e por isso eu estava até sendo omitido pela Mesa porque de fato eu não pretendia falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É na relação aqui da Mesa que me foi fornecido, Vossa Excelência já tinha falado, mas foi um pequeno equívoco.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a deferência de Vossa Excelência. Nós de fato não pretendíamos usar da palavra hoje, mas os fatos foram realmente palpitantes dos aqui tratados, em especial quando se falou aqui demais na política salarial do funcionalismo público federal, onde se coloca a preocupação do Congresso Nacional em definir boa ou má uma política em termos de funcionalismo público a nível federal.

Nós estamos vendo que no Paraná acontece justamente o contrário. No Paraná, no Governo passado, não houve política salarial; no atual Governo muito menos ainda. O que nós vemos atualmente no Governo do Paraná ao invés de se encaminhar a esta Casa de Leis, uma discussão de proposta a nível de funcionalismo público, que está com uma perda, uma defasagem muito grande, em estado de miséria, de fome - é a cada dia uma proposta de abono. Nós estamos sabendo que tramita já na Casa, e foi lida em sessão plenária anterior, Mensagem do Governo que trata de abono para o Magistério e para outros segmentos do funcionalismo público.

Outra questão que se frisou muito aqui é o fato de o Governo Federal não estabelecer critérios para discussão desses pontos que são fundamentais. Quando aqui também se ouvem críticas à política do Gover-

no Federal, com relação ao fechamento de agências do Banco do Brasil, nós fomos praticamente o primeiro Parlamentar a usar do Grande Expediente desta Casa para denunciar e nominar todas as agências. Poucas foram as manifestações na época, mas nós estamos vendo também no Paraná algo que não é muito diferente do Governo Federal, porque se essas agências estivessem e fossem tomadas, se o Governo mandasse uma Mensagem para esta Casa para o fechamento, como foi o caso do BADEP, BRDE, esta Casa também fecharia.

Nós estamos vendo o Paraná ser vítima do fim do BADEP através da transferência do FDE. Nós estamos vendo o Paraná perder o BRDE, e não se fez nada. Mandou-se para esta Casa, levantou-se uma série de polêmicas e, infelizmente, esta Casa aprovou por maioria.

Então eu acho que a crítica que se faz também ao Governo Federal precisa ser vista a nível de Governo Estadual, porque não seria diferente no Paraná. Se da forma como está hoje o trabalho nesta Casa, se uma Mensagem semelhante viesse aqui para o fechamento de grande número de agências do Banco do Estado do Paraná, com certeza a maioria desta Casa, porque o Governo estava pedindo, aprovaria uma iniciativa desta forma, e isso nós consideramos lamentável.

Onde está a política do servidor público do Estado do Paraná? O Congresso Nacional está discutindo. Onde está o regime jurídico único? Provavelmente o regime jurídico único seja uma outra maracutaia que venha no fechamento do semestre para que sejamos pegos aqui de sufoco e não se tenha a possibilidade de levar essa discussão a nível da sociedade organizada, a nível dos sindicatos, a nível dos órgãos que envolvem os servidores públicos.

Por isso, nós estamos vendo os funcionários públicos do Paraná em estado de miséria, e quando se espera discutir uma política salarial digna da vida desses servidores e quando se fala em segurança nas escolas, de fato, há uma preocupação muito séria com relação a isso. Quando se mostra centenas de carros parados diante do Palácio, nós sabemos que é necessário, mas para que aqueles carros se movimentem, ali dentro há necessidade de se ter um ser humano que precisa comer e que tem uma família e a maioria, nos sabemos hoje da Polícia Militar, passa fome com o salário de miséria que tem. O funcionalismo público também, da mesma forma. Onde é que está a discussão dessas questões? Então no Paraná, nós estamos vendo que de fato, a coisa não é feita de forma diferente.

Nós estamos assistindo e eu quero deixar bem claro nesta Casa, o Deputado Pesutti, Edison Lino tem conhecimento disso mais de perto, o Núcleo de Ensino de Ivai-

porã, quando assumiu o Governador Requião, que destituiu todas as chefias de núcleos, destituiu também a de Ivaiporã. Hoje se tem sem a recondução, sem a designação de um outro chefe de núcleo e não sabemos o porquê, mas temos na região do Vale do Ivaí, um núcleo de ensino totalmente acéfalo. Por quê? Porque deve estar havendo um jogo político semelhante ao que se faz a nível de Governo Federal, quando se tem a questão dos loteamentos. O Governo Federal, na época, Sarney que é, até prova em contrário, ainda é do PMDB, pertence ao PMDB, quando do episódio Tancredo Neves, com aquela maracutaia que se formou a nível de governo, fez-se um loteamento deste País, deixando nas condições que aí está hoje. O Paraná não está sendo diferente, porque se você faz um requerimento para atender a uma determinada região ou denuncia a situação, lamentavelmente nós ainda ouvimos a informação de que "olha cidadão, se este seu pedido não vier através de um Deputado do PMDB ou de algum Deputado aliado, ele não terá atendimento", como se Paraná fosse exclusividade do Governo do PMDB, como se o Paraná fosse patrimônio do Governo do PMDB. Então nós estamos vendo que se discute muito o que se passa a nível de Governo Federal e eu acho que de fato tem que se denunciar, mas nós não podemos ser omissos, em hipótese alguma, quanto aos problemas que atingem o Paraná. Nós queremos crer que o Paraná tem necessidade dos acertos e queremos fazer uma sugestão à direção Executiva dessa Casa, Senhor Presidente, com a questão também de que nós somos um Poder independente e que façamos uma discussão para mostrar que somos diferentes do Governo estadual, com relação até à política de funcionários desta Casa. Nós cremos que foi aprovado nesta Casa regime jurídico único e este regime jurídico único tem que ser posto em prática aqui dentro, definindo-se de fato a competência que a Mesa Executiva tem para fazer uma política diferente da política que faz o Governo do Estado. Não se define uma política de pessoal, não se define política salarial e quando se tem a oportunidade de chegar a esse ponto de discussão, porque a defasagem a cada dia é maior, e está provado que salário não gera a inflação porque se gerasse, a inflação não estaria aí marcando passos galopantes novamente, nós temos o governo do Paraná agindo em nada diferente do Governo Federal, acabando com lei, através de decreto. O que é que se fez nesta Casa? Não se fez nada. Então, estas coisas têm que ser postas para que a gente não esqueça que a casa do vizinho esta desarrumada e a nossa trabalha igual. A casa do vizinho está desarrumada, mas precisamos olhar o que se passa dentro da nossa casa porque, prova-

velmente, o que se faz dentro da nossa casa não está sendo em nada ou muito pouco diferente do que se faz a nível da casa do nosso vizinho.

A nossa preocupação se prende evidentemente, às condições em que se encontra o Paraná e da forma como a coisa aqui vem sendo governada. Requerimento encaminhado para algumas Secretarias estão sem resposta ou, se atendidos, têm que vir com a benesse da liderança ou tem que receber o carimbo do PMDB senão você não é atendido. Isto você ouve dentro do Palácio Iguazu quando o cidadão esteve na Casa Civil e foi informado naquela Secretaria que se as coisas fossem encaminhadas através dos Deputados do PMDB ou dos aliados teriam atendimento.

Era só, Sr. Presidente. Era só Srs. Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 039/91, subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, comunicando sua ausência da sessão de hoje, em virtude de doenças na família. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde por 40 (quarenta) dias, a partir do dia 12 do corrente mês, nos termos do disposto no Inciso II do Art. 60 da Constituição Estadual. Aprovado.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/91, de autoria do Deputado JOAO PREIS, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades-pólo da Região noroeste do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., e

C.A.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Emenda. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei nº 220/91, de autoria do Deputado Ademar Traiano. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10, de 27.02.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 033/91

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Vice-Prefeitos do Paraná, com sede e foro na cidade de domicílio do Presidente eleito.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto, nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Sr. Manoel Alves, do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 30, de 08.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 108/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei nº 108/91, visa autorizar o Executivo a doar ao Sr. Manoel Alves, no Município de Formosa do Oeste, neste Estado, um imóvel de 7,8 ha de área.

O Sr. Manoel Alves encontra-se de posse do imóvel há mais de 15 anos, sendo que já efetuou a construção de várias benfeitorias.

O Estado não contestou tal posse, e esse projeto visa apenas legalizar uma situação de fato, razão pela qual opinamos pela sua tramitação normal nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS,

Devolvo à C.C.J., solicitando maiores esclarecimentos quanto à constitucionalidade da matéria em questão, visto a dúvida suscitada pelo disposto no Art. 10 da Constituição do Estado do Paraná.

Em 23.04.91.

(a) CEZAR SILVESTRI  
Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 108/91

P A R E C E R:

Retorna às nossas mãos, para fins de maiores esclarecimentos quanto à constitucionalidade, o Projeto de Lei nº 108/91, por solicitação da douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

Nosso parecer original, de 16.04.91, fundamentou-se exatamente sobre o artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, invocado na devolução para maiores esclarecimentos, que estabelece:

"Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para

fins de assentamentos de caráter social".  
(grifo nosso).

Ora, encontrando-se o Sr. Manoel Alves na posse mansa do imóvel já há mais de 15 anos, lá contruindo inúmeras benfeitorias, julgamos ser de elevado alcance social a efetivação do domínio, por intermédio de doação, e observado o preceito constitucional, mediante lei, ao mencionado cidadão.

Vale dizer, também, que há menos de um ano, o ex-Governador Álvaro Dias encaminhou a este Poder Legislativo, projeto de lei que mereceu aprovação, promovendo o assentamento de sete famílias no Município de Reserva, argumentando estar fazendo reforma agrária em terras do Estado, fulcrado exatamente no dispositivo constitucional ora invocado (artigo 10 da Carta Magna do Paraná).

Julgamos, após as ponderações retro, elucidar eventuais dúvidas relacionadas à juridicidade do Projeto de Lei n° 108/91, desobstruindo sua tramitação e dando-o em plenas condições de ser levado à deliberação do egrégio Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 108/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Sr. Manoel Alves, no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, o imóvel que especifica.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Tratando-se de matéria que tem como escopo a regularização da situação de família, que há mais de 15 anos exerce a posse mansa e pacífica do imóvel em questão, não vemos como opinar contrariamente.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOAO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 108/91

P A R E C E R:

Tendo sido solicitado maiores esclarecimentos quanto a constitucionalidade do projeto em tela, à douta Comissão de Constituição e Justiça, e tendo em vista o parecer do nobre Deputado Ovídio Constantino, ratificado pelo Sr. Presidente daquela Comissão, Deputado Colombino Grassano, nada temos a obstar sobre a aprovação por parte desta Comissão de Terras, Imi-

gração e Colonização, sendo favorável à sua apreciação pelo soberano Plenário desta Casa, já houve precedente, conforme nos diz aquele parecer, com fulcro, exatamente no Art. 10 da Carta Magna do Estado do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.91.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
CEZAR SILVESTRI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/91, de autoria do Deputado NILTON SERVO e outros, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) ao Orçamento da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 39, de 18.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 142/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 142/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo, é consoante ao disposto no art. 65 da Constituição Estadual vigente. Não fere o disposto no art. 66 e incisos, da mesma Constituição.

Trata-se de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), proveniente de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1°, inciso II, da Lei n° 4320, de 17 de março de 1964.

São recursos destinados à conclusão das obras do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá. A conclusão desse Hospital torna-se vital importância para Maringá e região, com o objetivo de minimizar o impacto dos desequilíbrios sociais, principalmente na área de saúde e educação.

Saliente-se que o aquecimento gradual de arrecadação plena dos objetivos deste projeto de lei.

O Projeto de Lei n° 142/91, inspirado em função social de alta relevância, tem amparo constitucional e legal.

Portanto, somos de parecer favorável pela sua tramitação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOAO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 142/91

P A R E C E R:

O projeto de Lei n° 142/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Cesar Servo, objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao orçamento da

Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, para serem aplicados na conclusão das obras de construção do Hospital Universitário da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, e no âmbito da Comissão de Finanças, não há nada que impeça a tramitação do projeto de lei em tela, haja vista a indicação da fonte do recurso ser o excesso de arrecadação e a objetividade da aplicação do referido montante.

Portanto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 142/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nilton Servo, que objetiva a abertura de crédito suplementar no montante de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao orçamento da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, atende ao disposto no art. 135, V, da Constituição do Estado do Paraná, indicando como fonte de recurso, igual importância, proveniente do excesso de arrecadação.

Isto posto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.91.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar)  
- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O título IV, Capítulo III da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 133, determina:

"DOS ORÇAMENTOS

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo (competência privativa), estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

Ainda, o mesmo artigo 133, no seu § 3º, determina que a Lei das Diretrizes Orçamentárias de caráter anual compreenderá:

"I - as metas e prioridades da administração pública estadual direta e indireta;"

e, no seu § 6º, do mesmo artigo, determina que

"a Lei Orçamentária Estadual compreen-

derá:

I - ...

II - o orçamento próprio da administração indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas alicações relativas às autarquias e às fundações."

Finalmente, a Lei Federal n° 4320, de 17 de março de 1964, no "caput" do seu artigo 43, determina:

"a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa".

O nobre Deputado Nilton Servo, autor da proposição, no último parágrafo de sua justificativa afirma que: "o aquecimento gradual da economia deverá propiciar excesso de arrecadação ao Tesouro do Estado, o que permitirá ao governo a concretização da medida, objeto da presente lei."

A Lei n° 4320, diz: "Depende da existência de recursos..." E a justificativa do Deputado diz: "... do aquecimento da economia que deverá propiciar o aumento".

É uma coisa incerta. E, por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos manifestamos contrariamente à presente proposição e esperamos nela, ser acompanhados pelos Srs. Deputados, com fundamentos nos dispositivos constitucionais já citados, além do que considera inócua a aprovação da lei, visto que, segundo o autor, somente no futuro o Governo do Estado, dependendo ainda do aquecimento gradual da economia, poderá fazer com que o objetivo pretendido seja alcançado, o que é pouco provável, uma vez que o quadro econômico do nosso País vem apresentando sistematicamente sinais efetivos de recessão, não se prevendo portanto, excesso gradual do aquecimento da arrecadação.

Por esta razão, conclamamos os Srs. Deputados para que votem contrariamente ao Projeto de Lei n° 142, do Deputado Nilton Servo e outros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. - Rejeitado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 154/91, de autoria do Deputado ÉLIO LINO RUSCH, que altera a redação do Art. 1º da Lei n° 9370, de 13.09.90, que cria o Município de MERCEDES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 154/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão é de auto-

ria do Excelentíssimo Sr. Deputado Elio Lino Rusch, e pretende alterar a redação do Art. 1º da Lei nº 9370, de 13 de setembro de 1990, que criou "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de Mercedes.

Ao se proceder a análise da proposição, constatamos que a iniciativa visa corrigir vício de forma, pois, a Lei nº 9370, ao definir os limites do referido município, gerou incoerências cartográficas que dificultam o traçado definidor da área respectiva pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, segundo o Ofício DGC/DETRE nº 12/91, do Instituto, que vem anexado ao processo.

Face ao exposto, esta Comissão Permanente de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela, tendo o mesmo condições legais e regimentais para ser apreciado pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 28.05.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 203/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Neivo Berardin, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva a declaração de Utilidade Pública da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Querência do Norte, Paraná.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições do Regimento Interno deste Legislativo, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, o projeto em discussão está devidamente ajustado com as disposições contidas na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, especialmente no que se refere aos incisos II, III e IV do art. 1º.

Assim, opinamos favoravelmente à tramitação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/91, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DIABÉTICOS DO ESTADO DO PA-

RANÁ - ADEP, com sede e foro na cidade de Londrina-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66, de 10.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### Protocolo nº 5369/91

##### PROJETO DE LEI Nº 229/91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos do Estado do Paraná - ADEP.

##### PROJETO DE LEI Nº 229/91

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei visando reconhecer como de Utilidade Pública a entidade acima, e para tanto, a autora juntou toda a documentação necessária, conforme dispõe a Lei nº 6994/78.

Somos favoráveis à sua apreciação e aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a APAE do Município de Capanema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 13.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 239/91

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado João Arruda, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capanema - APAE, com sede e foro na cidade de Capanema.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do projeto de lei em apreciação, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívicas, Associações e Fundações instituídas no Estado do Paraná.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando o projeto em condições de receber as considerações do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

248/91, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que altera o Art. 1º da Lei nº 9241, de 09.05.90, que criou "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de NOVA SANTA BÁRBARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/91

P A R E C E R:

Em analisando sob o prisma legal, constitucional e regimental a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Severino Félix Pessoa, visando corrigir erro de redação na Lei nº 9241, de 09.05.90, cria o Município de Nova Santa Bárbara, nada encontramos que pudesse impedir a sua regular tramitação, pelo que somos pelo parecer favorável à sua apreciação em Plenário. E o parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOLIDARIEDADE, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 17.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 250/91

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto, nesta Casa de Leis.

Parecer FAVORÁVEL. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
EMÍLIA BELINATI - Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/91, de autoria do Deputado João Preis, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Boa - APAE, com sede e foro no município de Terra Boa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 79 de 27.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 281/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, de autoria do nobre Deputado João Preis, sob os aspectos Legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos, quanto a sua normal tramitação.

Pelo que nosso parecer é favorável a apreciação pelo plenário.

Sala das Sessões, em 02.07.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 1837, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1829, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1835, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1832, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1828, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1833, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1834, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Srs. Deputados Nilton Barbosa, Severino Félix, Edson Silva Lino e Dobrandino da Silva, constante do expediente. Aprovado.

Requerimento de nº 1848, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Requerimento que Sua Excelência coloca...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Ernani Pudell e Ovídio Constantino, requer votação nominal para Requerimento de Antônio Annibelli, que suspende o Regime de Urgência.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Ernani Pudell solicitando votação nominal, conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhar o quê?

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - O Requerimento de Deputado Annibelli.

Sr. Presidente, Srs. Deputados é lamentável observar que após vários meses de apresentação do Projeto de Resolução, que regulamenta o desconto das faltas dos Senhores Parlamentares e que não veio injustificadamente a Plenário até esse momento. Esta Casa aprovou ontem de forma unânime que o Projeto de Resolução que regulamentará o desconto das faltas dos Parlamentares a sua remuneração fosse apreciado em Regime de Urgência.

Ontem mesmo nós já assistimos a derrubada do nosso Requerimento, que solicitava, também, o regime de urgência para outro Projeto de Resolução desta Casa.

Ora! Eu não posso admitir que ontem, os Senhores Deputados tivessem apoiado o nosso requerimento e hoje, voltem atrás à sua palavra, à sua posição. E o que é mais grave, Senhor Presidente, esta Casa foi objeto de uma verdadeira chacota pela imprensa estadual, quando da tentativa da Mesa em punir um Deputado que era contumaz, desidioso, faltoso às Sessões da Assembléia.

Nós fizemos, exatamente naquele momento, no calor daquela discussão, uma proposta que viesse estabelecer um mínimo de dignidade, que viesse resgatar a credibilidade do Poder Legislativo perante a opinião pública.

Nós não podemos mais admitir que os Deputados que faltam às Sessões, que não compareçam para trabalhar, recebam normalmente sua remuneração. Em lugar nenhum do mundo, em lugar nenhum do nosso Direito, pode-se admitir que alguém receba salário sem trabalhar. Exceto nos casos de força maior, de tratamento para saúde e etc.

Então, eu não posso admitir que esta Casa, agora, vá protelar ainda mais esta decisão. Algum dos Deputados é contra o desconto do salário do Deputado que não trabalhar de forma injustificada? Alguém aqui é contra? Alguém aqui, por exemplo, defenderia que um trabalhador comum, que não aparece para trabalhar receba o seu salário normalmente? Quantos aqui, são empresários, e se tivessem que pagar o trabalho, digo o salário, do seu profissional, do seu trabalhador, mesmo que ele não aparecesse para trabalhar e nem justificasse a ausência? Alguém aqui defenderia isto? Não.

Agora, nós infelizmente, temos que lembrar que o nosso salário, a nossa remuneração pelo nosso trabalho, é pago por todo o povo através dos impostos. Todos aqui conhecem perfeitamente a situação pela qual passa o Estado: ausência de recur-

sos para investimentos: serviços públicos essenciais falidos: postos, hospitais que não têm verba e que não têm médico da rede pública; não temos professores nas escolas; os funcionários públicos dos mais diversos órgãos do Governo abandonando suas carreiras por uma remuneração que não lhes permite sequer sobreviver com dignidade.

E neste momento, Senhor Presidente, em que o Congresso Nacional aprova o aumento de remuneração dos Deputados, e que consequentemente refletirá no aumento de remuneração dos Parlamentares da Assembléia Legislativa do Paraná, neste momento em que se ouve por aí sobre reuniões secretas, ou reuniões que nem todos participam e nem são convidados, se estabelece um aumento, uma série de ajudas de custo, serviços, e etc. não é possível que a Assembléia Legislativa do Paraná deixe pelo menos de dar um pequeno exemplo de dignificação deste Poder. Não é possível que a Assembléia Legislativa do Paraná não ouça o clamor, a voz da população, que hoje exige um comportamento mais digno dos seus representantes. Não é possível que ninguém aqui esteja ouvindo o que a população diz nas ruas. Ou alguém aqui irá defender, depois, na praça pública, perante a imprensa, que derrotou uma proposta que visava descontar o salário daqueles que não trabalhavam e que são sustentados pelo dinheiro público?

Nós, ao contrário de alguns, não defendemos o trabalho gratuito aos Parlamentares. Nós achamos que os Parlamentares devem ter uma remuneração digna pelo seu trabalho, pela alta posição pública que ocupa, pela importância do seu cargo e compatível com a realidade social e econômica que nosso País se encontra.

Nós defendemos essa posição. Agora nós não podemos defender os disiduosos, os omissos, aqueles que não trabalham. Eu tenho certeza que até independente da aprovação, que aliás já foi aprovado ontem o Regime de Urgência para nosso Projeto de Resolução, que o mesmo já está nas mãos da Mesa Executiva, desta Casa, já deveria ter vindo a Plenário, receberá o apoio da Mesa da Assembléia. Afinal de contas, a Mesa da Assembléia e sua Presidência, em especial, têm o papel e o dever constitucional de preservar a dignidade, o respeito que esta instituição merece! E este Projeto nada mais tem por objetivo de estabelecer uma regra, justa, uma regra que já prevalece nos mais variados ramos do Direito, onde a toda obrigação corresponde uma contraprestação. Se nós temos o direito de receber o salário integral, temos a obrigação de participar de todas as Sessões desta Casa! Se nós eventualmente faltarmos às Sessões, o nosso desconto será proporcional na nossa contraprestação. Nada mais justo! É o

mínimo que se exige!

Peço a atenção dos Senhores Deputados, porque ontem foi derrotada a proposta em tramitação de Regime de Urgência para um outro Projeto de Resolução que tratava do cancelamento do direito ao recebimento da verba de representação. Até aí podemos compreender a oposição de alguns Parlamentares a esta iniciativa. Agora, este Projeto de Resolução, que tivemos aqui, recentemente, casos de deputados que não comparecem às Sessões, que não foram suspensos, que recebem os seus salários normalmente. Eu acho que isso depõe contra todos os Parlamentares que aqui estão hoje, nesta Casa, que têm trabalhado, que têm comparecido, que têm cumprido com sua função.

Aqueles que, efetivamente, continuarem a comparecer, aqueles que trabalham, aqueles que se empenham, não têm nada a temer com este Projeto! Devem temer este Projeto sim; os disiduosos, aqueles que não cumprem com a sua função pública, que não cumprem com seu dever!

Então, neste sentido eu quero fazer um apelo e solicitar que mantenham, conforme aprovado ontem nesta Casa o Regime de Urgência a este importante Projeto de resolução que visa resguardar a dignidade e o respeito dessa instituição perante a população em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) -

Eu, na justificativa, para que não fique apenas a palavra do Deputado Ernani Pudell, que me parece ofender a todos os Senhores Parlamentares, que ninguém é digno do seu trabalho, não comparece a esta Casa. Hoje, no início da Sessão, foi justificada a ausência do Deputado Rosinha, que estava atendendo o seu pai que está passando mal. Eu acho que o Deputado Rosinha não tem que ter descontado no seu salário nesta data, como vejo outros Deputados que não estão aqui, mas estão em Secretarias; mas não fazer projetos, é o que eu classifico de demagógico para a opinião pública ou para o jornal do PT, porque a nossa Mesa da Assembléia Legislativa tem feito descontos nos meus salários quando não estou presente, e sei de todos os Senhores Deputados que têm tido os seus descontos. A Assembléia, à Mesa, merece crédito, respeito por minha parte, é acreditado na maioria dos Senhores Deputados, porque tem agido até, muitas vezes, eu, este Deputado, chegando em Sessões atrasado, ou saindo em visitas oficiais, tenho

recebido desconto do meu salário. Se Vossa Excelência não tem recebido o desconto no seu salário e tem devolvido a verba de representação, a Vossa Excelência deve estar sobrando dinheiro; para mim não está, eu estou reclamando do meu salário. Se Vossa Excelência está satisfeito com o salário que não recebe, Vossa Excelência deve ter peixada na Mesa por não levar falta no seu salário, no meu tem sido descontado e quero fazer a minha reclamação à Mesa Executiva por ter descontado muitas faltas, quando eu aqui estive e estava no meu gabinete trabalhando.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Eu acho que o Deputado Annibelli certamente não leu o nosso Projeto de Resolução. As faltas justificadas por motivo de força maior não são objeto da nossa contribuição. Então, queremos deixar bem claro que a nossa posição é que as faltas injustificadas dos Parlamentares sejam deduzidas proporcionalmente da remuneração. Então, se Vossa Excelência está colocando em jogo o comportamento da Mesa Executiva, a Mesa Executiva é escrava do Regimento Interno da Casa, que estabelece uma regra atualmente que no nosso entendimento é incompatível com o bom senso, incompatível com qualquer posicionamento e qualquer princípio de ordem legal. Esta é a questão fundamental que nós estamos colocando em jogo. E para o nosso sofrimento, e nossa tristeza, verificamos que apenas cerca de seis parlamentares são favoráveis a nossa proposição. Agora, a história e os anais desta Casa registrarão este fato.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está rejeitado o Requerimento.

A Mesa quer informar aos Senhores Deputados que tem em mãos o demonstrativo de pagamento da Assembléia de São Paulo; subsídio fixo: Dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte cruzeiros e dezessete centavos; Sessões Extraordinárias 269. Nós, neste período fizemos muitas Sessões Extraordinárias, mas nunca pagamos. Por isso, eu quero dizer aos Senhores Deputados que a Assembléia tem se conduzido, a Mesa tem proporcionado posições para que a Assembléia faça economia nos seus gastos, principalmente com os subsídios. E justifico que nós estamos descontando dos Deputados, agora, o Projeto do Deputado Pudell, se não me falha a memória, quer que se evite o pagamento dos sábados e domingos e às Sessões que o Deputado falta. Quanto às Sessões que o Deputado falta nós estamos descontando. Agora, todas as Assembléias adotam o critério do pagamento mensal e a Assembléia do Paraná está bem abaixo da Assembléia de São

Paulo e das outras Assembléias.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, pessoalmente e a nossa vontade é que esse Projeto viesse à Ordem do Dia o mais rapidamente possível para que pudéssemos votar contrariamente a essa iniciativa porque entendemos que a mesma não se justifica. Mas, entendendo o posicionamento de alguns companheiros e até a necessidade que temos de nos aprofundar e essa é uma tese muitas vezes levantada pela Bancada do PT, quando nós aqui reivindicamos alguns regimes de urgência de que a matéria deveria ser melhor avaliada, com profundidade. Então nós também queremos analisar com mais profundidade esse Projeto de Vossa Excelência para, quem sabe até, incluir alguma emenda, não permitindo nenhum tipo de subsídio - Senhor Presidente e Parlamentares como o Deputado Florisvaldo Fier, que estampa nos jornais do PSB e já foi aqui denunciado pelo Deputado Manfrinato, de que ele está nesse Parlamento com a única missão de desmoralizar e de destruir este parlamento no momento oportuno.

Eu acho que nesse Projeto de Vossa Excelência, caberá até uma emenda, que este tipo de Parlamentar não deva receber nenhum tipo de subsídio. É isso que eu acho que deveria ser avaliado por Vossa Excelência que vem aqui com uma pregação, moralista, dizendo que o Deputado quando falta não é descontado o devido valor, mas um integrante da sua Bancada expõe o seu pensamento e diz que está aqui a serviço de desmoralizar e destruir esse Parlamento. Parlamentar desta ordem não poderia receber nem o nome de parlamentar estadual, nem de Deputado quando muito um subsídio pelo trabalho que aqui está fazendo que é em favor da destruição do Parlamento.

Próprio das ditaduras que tanto o PT condena e tenta também destruir.

Não entendo portanto, a vossa Bancada.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um apelo à Mesa, que existe, se não me falha a memória, um Projeto do Deputado Valdir Rossoni - Líder do PRN e que estabelece critérios para os salários parlamentares.

O Deputado não é obrigado a receber. Parece-me que em São Paulo existe representação do PT que recebe estes altos salários. Na Assembléia do Paraná existe um Projeto tramitando que pode ser acoplado a este, do Deputado Ernani Pudell em que os salários são variáveis: de 10% do salário até os 100%. Cabe a cada Parlamentar remunerar seu trabalho. O meu trabalho eu acho excelente e não abro mão dos 100%.

Se o PT que cede parte do seu salário ao Partido ou é obrigado, ou é compelido na marra para sustentar as desapropriações, as invasões, ou as corrupções do PT que existem, existe corrupção no PT, nós somos sabedores dos Estados: prefeitos, prefeita...

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Pela Ordem...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Vossa Excelência, vai respeitar quando eu estou falando...

Vossa Excelência tenha educação quando um Deputado estiver falando e comigo eu não admito que Vossa Excelência se meta no meio da minha conversa. Quando Vossa Excelência estava falando eu lhe respeitei.

Senhor Presidente, após encerrar, Vossa Excelência na sua educação, conceda a palavra ao Líder do PT, que na sua sanha de querer aparecer quer jogar esta Assembléia pela janela da incompetência.

Mas não é assim. Nós que nos criamos aqui dentro e temos uma vida parlamentar e pública de quase 20 anos, amamos e respeitamos este parlamento e não vamos admitir que qualquer Deputado venha aqui e pisoteie em cima da tradição desta Casa de Leis.

Eu peço a Vossa Excelência que junte o Projeto, anexe ao do Deputado Valdir Rossoni ou do Deputado Ernani Pudell ou vice-versa para que disputamos juntos, para que possamos, como disse o Líder Orlando Pessuti nos aprofundar mais neste Projeto, que eu acho que muita coisa vai florir nesta Casa.

O Sr. Luiz Carlos Martins - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, isso tudo me deixa muito triste porque eu não vi em lugar nenhum escrito até hoje e fui pesquisar, que Deputados sejam obrigados a receber salários, é muito simples, o Deputado que acha que não está certo deve fazer uma comunicação à Mesa, abrindo mão de seus salários e deixar de toda essa palhaçada.

O que nós precisamos discutir nesta Casa é a política agrícola, a política educacional, a política de saúde, é isso que nós precisamos, se o povo do Paraná estivesse aqui neste instante sairia daqui envergonhado, não foi para isso que fomos eleitos, cada tiro que dou num companheiro daqui, num colega de Parlamento eu estou dando um tiro no meu pé, eu perco o equilíbrio e caio também, estamos nos atingindo a todos.

Eu quero ter orgulho de participar desta Casa, mas não é desta maneira, o dia que achar que não devo mais receber o salário desta Casa eu faço um comunicado à Mesa, assinado, não desejando mais receber

os salários.

É muito simples. É muito fácil.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu apenas quero registrar o meu protesto, dizer ao Deputado Annibelli que é bom quando se referir à corrupção do PT que cite fatos concretos, porque acusar por acusar, é muito fácil, e dizer também que nós desrespeitamos esse Parlamento, ao contrário de alguns não o "mamamos" e dizer que a nossa proposta não se refere, não estamos aqui discutindo salários de Parlamentares, nós estamos discutindo o desconto de faltas injustificadas aos Parlamentares que não comparecem às Sessões desta Casa.

E mais uma coisa para finalizar, Senhor Presidente, o nosso salário é dinheiro público, quem o paga é o povo, e quando se fala em política agrícola, em saúde, é bom lembrar que tudo que recebemos falta no salário do professor, falta no salário do médico, esta é a questão fundamental que temos que começar a entender, e mais do que isso, entendemos que o salário não é uma questão optativa, estamos, isto sim, tratando do dinheiro público, ninguém é obrigado a receber nada, em nenhum lugar do mundo, agora, o que nós estamos querendo é estabelecer como determinam os princípios da democracia, do direito, do bom direito e que as regras sejam universais e imperativas para todos, se um Deputado entender que não deva receber o seu salário faça uma doação ou devolva aos cofres públicos.

O que temos que estabelecer é um salário razoável, compatível com a realidade do nosso País, com a função que exercemos e fundamentalmente que quando não trabalharmos não tenhamos também o direito de receber, não que nós podemos deixar de receber se fizemos de acordo com a nossa consciência, aqui não se trata da consciência, se trata do dinheiro público, das coisas públicas que devemos respeito, devemos preservar e dar exemplo, essa é a questão fundamental, nós estamos propondo Senhor Presidente simplesmente, estabelecer uma regra universal e igual para todos, ou alguém aqui não defende o princípio da isonomia que é fundamental num regime democrático.

Essa é a questão fundamental. Eu fico entristecido Senhor Presidente de ver que há uma certa tentativa de desviar a atenção do ponto principal.

Quero fazer um apelo ao Senhor Presidente, que o nosso Projeto independente da aprovação ou não do regime de urgência, está nas mãos e em condições de ser trazido a Plenário e quando nós apresentamos esse Projeto, na época da apresentação

dissemos que era uma proposta a ser colocada na Assembléia e a esta caberia discutir debater e até emendar ou modificar esse projeto, porque não somos daqueles que pretendemos impor a nossa vontade, como certos rolos compressores que tem por aí, nós achamos que fundamentalmente este Parlamento tem que trazer e resultar da síntese das posições de todos os Deputados aqui.

Agora nós e convenhamos, somos um dos únicos exemplos que podem legislar em causa própria, se nós temos o poder de legislar em causa própria, de definir o nosso salário, de definir a política de desconto do nosso salário, convenhamos, Senhores Deputados, temos que usar esse poder de legislar em causa própria com muito cuidado e com muito bom senso.

É apenas isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores pretende, e quero finalizar dizendo o seguinte, Senhor Presidente, eu acho que quem desmoraliza efetivamente este parlamento são aqueles que tem uma postura individual incompatível com as prerrogativas e com a alta posição pública que ocupa.

Isso, realmente, leva à desmoralização do Parlamento e não simplesmente palavras, mas ações concretas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todas as faltas dos Senhores Deputados que não foram justificadas foram descontadas.

A mesa pode fazer esta afirmação, inclusive atestados médicos, fornecidos à Mesa, de Deputado que faltou, mas que não representava a realidade, nos descontamos. E eu pergunto ao Deputado Pudell: o projeto elaborado pela sua Bancada determina o que? Eu não estou entendendo bem.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, o que estabelece, hoje, o Regimento Interno? Que as faltas não justificadas serão reduzidas da remuneração, apenas da parte fixa, um trinta avos. Nós temos dezesseis sessões, então, se faltarmos as dezesseis sessões, ainda sobrarão quatorze trinta avos a serem recebidos da parte fixa mais a parte variável. Além disso estabelece que podem ser justificadas sete faltas a cada Parlamentar.

Então, se justifica mais sete automaticamente, nós temos dezesseis sessões, teríamos nas minhas contas, nove trinta avos a serem descontados e mesmo assim os nove trinta avos, a serem descontados apenas da parte fixa, só seriam descontados se a ausência injustificada do Parlamentar acarretar ausência de "quorum" em Plenário.

Esta é regra atual que existe no nosso Regimento Interno.

Isto é que nós estamos questionando.

O que nós estamos propondo é que seja feito o desconto de um dezesseis avos para cada sessão que o Deputado não participar e que não tenha justificado a sua presença e ainda estabelecemos que podem ser justificadas até quatro ausências por mês.

Então, o nosso projeto, Senhor Presidente, é simples. Ele obedece as mais elementares regras do direito, que é, exatamente, a cada obrigação ter uma contraprestação. Agora, nós não estamos aqui discutindo salários, se quem quiser receber, recebe ou não; nós estamos dizendo que aqueles que não trabalharem, que não justificarem a ausência, que tenha o desconto proporcional. É isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer o aumento do desconto. É isso que V.Exa. pretende?

O SR. ERNANI PUDELL - Torná-lo proporcional e compatível com o número de sessões que a Casa realiza e que seja sobre o total da remuneração, não apenas sobre uma parte; que as faltas injustificadas sejam descontadas proporcionalmente. É isso! Simples!

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, antes, para responder ao Deputado Ernani Pudell. O caso de corrupção que citei é o caso da Prefeita do PT de Alagoas que, se não me falha a memória, foi até expulsa do Partido porque um marido e dois amantes recebiam salários da Prefeitura de Fortaleza. E o caso da Luiza Erundina, denunciado durante a campanha eleitoral, que é o caso LUBEKA, se não me falha a memória. É o exemplo, por enquanto.

O SR. ERNANI PUDELL - V.Exa. está mal informado. O caso LUBEKA ficou comprovado que não existe corrupção e nós dissemos a Prefeitura de Alagoas. Outra informação para o Deputado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Então, está ótimo, mas é corrupção no PT.

Requerimento de n° 1836, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado.- À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 1838, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1840, 1841, 1842, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1849, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1843, 1844, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados.- À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1845, 1847, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1839, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu não entendi a Bancada do Governo que está com a campanha de cruzado e moralização pelo País, agora é contra a maracutaia, é a favor da maracutaia das TVs a cabo.

Só para esclarecer, eu acho que houve um equívoco, aqui na votação, Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 033, 108, 142, 154, 203, 229, 239, 248, 250 e 281/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 180/91.

Marca ainda uma Sessão Solene para sexta-feira, dia 09, às 16:00 horas, para outorga de Títulos de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor Ovídio Zanella.

Levanta-se a sessão.